



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 29 DE JUNHO DE 2018-----

-----ACTA NÚMERO CINCO-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e dezoito, reuniu no Edifício do Centro Social de Sameiro, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pelo Senhor Primeiro Secretário, Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa e pela Senhora Deputada Odete da Graça David Ganilha, na qualidade de Segunda Secretária da Mesa, em substituição da Senhora Primeira Secretária da Mesa, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

-----Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.---

----- Ponto dois, quatro: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.---

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Participação variável no IRS, conforme o previsto no art.º 26ª, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, referente aos rendimentos respeitantes ao ano de 2019.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019.-----

----- Ponto três, três: Regularização do património municipal – Cemitério e respetiva arrecadação, conforme proposto na informação registada sob o nº 1216/Proc.2018/150.10.700/16.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação das Contas Consolidadas referentes ao ano de 2017.---

----- Ponto três, cinco: Discussão sobre a “Proposta de Estatuto dos Territórios Periféricos Continentais”.-----

----- Ponto três, seis: Apresentação do trabalho desenvolvido nos primeiros 6 e 4 meses respetivamente pelos representantes leitos para:

- Conselho Municipal da Educação;
- Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Conselho Local de Ação Social de Manteigas;
- Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Assembleia Intermunicipal CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela;
- Comissão Municipal de Toponímia;
- Conselho Municipal da Juventude;
- Conselho Empresarial de Manteigas.

-----Ponto três, sete: Designação pela Assembleia Municipal de um elemento para a substituição de um dos comissários nomeados a 29 de Dezembro de 2017 para a C.P.C.J. de Manteigas, nomeadamente Liseta Maria Roque Nunes dado o seu falecimento. -----

-----Ponto três, oito: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão. -----

-----Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. --

-----Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho. -----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Luís José dos Santos Melo; Oriana Marina Cleto Abreu Morais; Nuno Manuel Matos Soares; Ana Maria Saraiva Matos; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganilha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino; Luís Jorge Palito Vinagre; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves. -----

----- Não se encontrava presente a Senhora Primeira Secretária da Mesa, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins, e o Senhor Luís Ferrão Saraiva, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Luís Jorge Palito Vinagre e a Senhora Deputada Ana Maria Saraiva Matos, que compareceram. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia comunicou a sua ausência por motivos de ordem pessoal-----

----- Antes de dar início à sessão o Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes, referiu que dando cumprimento a uma estratégia antiga, que felizmente se perpétua, pelo menos duas vezes por ano, as reuniões das Assembleias Municipais são realizadas, uma na Freguesia de Sameiro e outra na Freguesia de Vale de Amoreira. Sendo que nesta data, a reunião do Órgão Deliberativo teve lugar na Freguesia de Sameiro. Agradeceu ao Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Junta de Freguesia de Sameiro, por toda a logística de equipamentos que colocou à disposição, proporcionando todas as condições para o bom desenvolvimento dos trabalhos desta Assembleia Municipal. Deu conhecimento que a Senhora Segunda Secretária da Mesa, a Deputada Patrícia Marins, comunicou previamente a impossibilidade de estar presente nesta reunião, tendo sido convocado o Senhor Deputado Luís Vinagre que compareceu. Explicou que era necessário substituir a Senhora Deputada Patrícia Martins, nesta sessão, relativamente as suas funções de Primeira Secretária na Mesa da Assembleia. Atendendo que a Senhora Deputada Patrícia Martins foi eleita municipal pelo Partido Social Democrata, solicitou que o líder Parlamentar do PSD indicasse a pessoa que iria, nesta reunião, integrar a Mesa da Assembleia.

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, na qualidade de líder da Bancada do PSD, tomou a palavra, saudou todos os presentes. Explanou que, dentro do espírito de abertura com que foi eleita a Mesa da Assembleia Municipal, sendo composta por várias forças políticas e atendendo que o Unir e Mudar Manteigas (UMM) não tem nenhum dos seus representantes na Mesa da Assembleia, propôs que fosse um dos Senhores Deputados da UMM a secretariar a Mesa, nesta reunião. Desta forma, permitia-se que durante este mandato todas as forças partidárias fizessem parte da Mesa da Assembleia Municipal de Manteigas. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais solicitou a palavra, pediu um breve intervalo para que a Bancada do Partido Socialista se reunisse com a finalidade de conferenciar sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que não via qualquer inconveniente, dado que ainda não tinha dado início à sessão. Neste seguimento, a Bancada do Partido Socialista ausentou-se da sala. Após os elementos da Bancada do PS terem tomado, novamente, os seus lugares na Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa informou que, apesar de ter considerado brilhante e democrática a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Soares, contudo como foi eleito, para integrar a Mesa da Assembleia Municipal, um membro da Bancada PSD, teria também de ser designado um elemento do PSD, para nesta sessão integrar a Mesa, na ausência da Primeira Secretária. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, na qualidade de líder da Bancada do PSD, mencionou que a Bancada do Partido Social Democrata indicava a Senhora Deputada Odete Ganilha para integrar a Mesa do Órgão Deliberativo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Senhora Deputada Odete Ganilha que ocupasse o lugar de Segunda Secretária na Mesa da Assembleia Municipal. Mais informou que, o Senhor Deputado Luís Ferrão da UMM, por motivos de justificação pertinente, comunicou a suspensão temporária de mandato, sendo substituído em linha sequencial pela pessoa que imediatamente está a seguir na lista de UMM, na Assembleia Municipal, neste caso pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhora Deputada Ana Maria Saraiva Matos, que foi convocada e compareceu. Verificando a intenção do Senhor Deputado António Fraga em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga cumprimentou todos os presentes, chamou à atenção para o ponto 3 do artigo 4º, que refere que “*na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da Mesa da Assembleia, a Assembleia elege por voto secreto de entre os membros presentes um número necessário para integrar a Mesa que vai presidir à reunião.*” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a Mesa é composta por três pessoas, sendo que a maioria dos elementos estava presente. O artigo avocado pelo Senhor Deputado António Fraga só se aplica quando a maioria dos membros efetivos que compõem a Mesa está ausente, o que não é o caso. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga manifestou que discordava dessa interpretação. ----

Às treze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes sobre se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando a inscrição do Senhor Joaquim Martins Sabugueiro concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Joaquim Martins Sabugueiro fez menção que há três anos atrás, tinha sido aprovado o projeto da Fonte de São João, em Sameiro, contudo a obra ainda não foi realizada pela Câmara, nem o dinheiro foi cedido para a obra ser executada. Nesse sentido, indicou que gostaria de saber qual o ponto da situação relativamente a esse projeto. Mais referiu que, antes das eleições autárquicas existia um projeto para instalação de eletricidade pública, contudo o projeto não avançou. Por último, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela sua eleição como Presidente da Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições do público para intervir deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM ----- FICADO ESCLARECIDAS -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, fez uso da palavra para responder às questões suscitadas pelo Senhor Joaquim Sabugueiro. Deu início a sua intervenção começando por cumprimentar todos os presentes. Em seguida, indicou que em relação à primeira questão suscitada pelo munícipe, sobre o projeto da Fonte de São João, trata-se de um projeto que foi apresentado no âmbito do Orçamento Participativo de 2016 e cujas as obras até à presente data



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não tinham sido iniciadas. Deu conhecimento que na semana em curso, tinha reunido com os serviços técnicos da Câmara, para que rapidamente se desse início a este projeto, que durante muito tempo não teve condições para avançar, dado que o mesmo não estava totalmente concluído, pois nem sequer tinha caderno de encargos, nem programa de concurso. Esclareceu que no âmbito do Orçamento Participativo, os projetos que foram eleitos, as respetivas obras são para serem executadas através da Câmara Municipal, não é para a Câmara dar o dinheiro à Junta de Freguesia ou aos vencedores das candidaturas. Mais informou que, verificou-se que em alguns casos, o orçamento que foi apresentado no âmbito do Orçamento Participativo, não é suficiente para a realização das obras. Há projetos aprovados que, para serem levados à prática, necessitam de mais volume financeiro e os mesmos terão que ser realizados por fases. -----
Aludiu que a Freguesia de Sameiro, em 2017, apresentou outro projeto no âmbito do Orçamento Participativo, denominado de Jardim de Pedra, sendo que é intenção do Município dar início a essa obra ainda no ano em curso. Deixou este compromisso, referindo que se os projetos constam do Orçamento de 2018, como tal é para serem executados o mais rápido possível, pois caso contrário também não haverá realização de despesa de capital no Orçamento de 2018. ----

-----PONTO 2.2-----

-----APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, questionou se algum dos Senhores Deputados desejava usar da palavra, para apresentar alterações à proposta de Ata número quatro, de vinte de abril de dois mil e dezoito. Verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de São Pedro, no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro a excelente receção com que, mais uma vez, acolheu a Assembleia Municipal. No que concerne à ata supracitada, referiu que tinha remetido algumas propostas de correção, nada de alteração de conteúdo. Mas, há uma intervenção do Senhor Deputado Pedro Leitão, que gostaria que o próprio o esclarecesse sobre o conteúdo da mesma. Referiu que na página 164, linha 10, na intervenção do Senhor Deputado Pedro Leitão, é referido: *“Declarou que não era dotado do dom da omnisciência, nem ninguém o é, logo há muitas realidades que são trazidas a esta Assembleia que desconhece, e certamente que haverá outras realidades que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro também desconhece, nomeadamente, realidades relativamente à sua pessoa e ao modo de agir relativamente a assuntos que lhe são trazidos e a realidades das quais toma conhecimento.”* Solicitou que o Senhor Deputado Pedro Leitão o elucidasse sobre o que pretendia dizer com: *“realidades relativamente à sua pessoa e ao modo de agir, relativamente a assuntos que lhe são trazidos.* Salientou que isto é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assembleia Municipal, onde devem ser tratados assuntos do Município, sendo que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, representa essa Freguesia e estava pronto a responder ao que for necessário sobre a Freguesia de São Pedro. -----

-----O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou que a frase inicia com: "*O Senhor Deputado Pedro Leitão concluiu*", sendo que se trata do discurso indireto na língua portuguesa, como tal a frase inteira vai-se referir à pessoa do Senhor Deputado Pedro Leitão, que é o sujeito da frase. Portanto, quem escreve a frase, não escreve referindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro. Contudo, pode-se fazer uma alteração à ata de modo a que o discurso fique mais claro. -----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de São Pedro disse ter ficado esclarecido. -----

-----A Senhora Deputada Odete Ganiha solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, indicou que na página 169, no fim da 11ª linha, onde se lê: "*P outro lado, o azulejo do chão não é antiderrapante*", deverá ler-se: "*Por outro lado, o azulejo do chão não é antiderrapante*". -----

-----O Senhor Deputado Alfredo Marcelo saudou todos os presentes, aludiu que na página 135, na sua intervenção, na 3ª linha, onde se lê: "*não qualquer interesse*", deverá ler-se: "*não tem qualquer interesse*". Na página 170, na 5ª linha, onde se lê: "*o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro*", deverá ler-se: "*o Senhor Nuno Biscaia, Secretário da Junta de Freguesia de Sameiro*". Na mesma página, na 8ª linha, onde se lê: "*sedo que pretendia finalizar o trabalho que iniciou*", deverá ler-se: "*sendo que pretendia finalizar o trabalho que iniciou*". Na 13ª linha, da página já citada, falta finalizar a frase com: "*uma vez que o Sr. Presidente não tem delegação de competência para o efeito*". Prosseguiu referindo que na página 178 e última, a proposta apresentada pela deputada Bárbara Sabino e aprovada pelos presentes, não refere a identificação dos seis deputados que estavam ausentes no momento da votação, nem a identificação de quem se absteve de votar a proposta (à semelhança do que consta na aprovação relativa à eleição dos representantes para integrar a Comissão de Análises da Bolsa de Ideias.) -----

Referiu ainda, que nesta ata não consta a intervenção Senhor Deputado Pedro Leitão, onde solicita a cedência das contas do CCD, assim como não consta a intervenção da Senhora Deputada Oriana Morais, onde explanou sobre a pessoa do Senhor Deputado Alfredo Marcelo, sendo que nessa sequência decorreu a intervenção e resposta do Senhor Deputado Pedro Leitão, que se pode ler na penúltima linha da página 178. -----

-----A Senhora Deputada Oriana Morais, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Deixou uma palavra em especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sameiro, por receber esta Assembleia na Freguesia que preside. Agradeceu as boas-vindas, o cuidado e carinho que demonstra. Explicou que a sua intervenção se prendia com dois assuntos que já foram abordados pelo Senhor Deputado Alfredo Marcelo, sendo que não pretendia repetir o que já foi dito, mas apenas tinha a intenção de deixar registado, que na ata número quatro falta a referencia à sua intervenção de resposta ao Senhor Deputado Pedro Leitão, em defesa do Senhor Deputado Alfredo Marcelo, contudo depois consta a resposta do Senhor Deputado Pedro Leitão. Assim como, falta mencionar, na referida ata, o pedido de cedência de contas do CCD, realizado pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e ao povo desta Freguesia por acolher esta reunião da Assembleia Municipal. Explanou que no que concerne ao pedido de contas do CCD, não se recordava se efetivamente o tinha formulado, na intervenção supramencionada pelo Senhor Deputado Alfredo Marcelo e pela Senhora Deputada Oriana Morais, contudo na página 136, é feita a alusão a esse pedido, de qualquer forma pode adicionar-se essa referência na intervenção já mencionada. Reformulou a sua intervenção, na penúltima linha da página 163, sendo que onde se lê: *“realidades relativamente à sua pessoa e ao modo de agir”*, deverá ler-se: *“realidades relativamente à pessoa do próprio Deputado Pedro Leitão e ao seu modo de agir”*. --- Indicou que na página 148, na 14ª linha, onde se lê: *“Neste seguimento, o Senhor Deputado Pedro Leitão afirmou que confirmava as contas realizadas pelo Senhor Vereador Francisco Elvas”*, deverá ler-se: *“Neste seguimento, o Senhor Deputado Pedro Leitão afirmou que confiava nas contas realizadas pelo Senhor Vereador Francisco Elvas”*. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as propostas de alteração à Ata número quatro. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número quatro, da Sessão da Assembleia Municipal de vinte de abril de dois mil e dezoito** à votação, tendo sido **aprovada por maioria, com seis abstenções e treze votos a favor**. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga declarou que se absteve, por não ter estado presente na última reunião do Órgão Deliberativo. -----

PONTO 2.3 -----

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra, recordou que tal como tem vindo a ser prática neste mandato, toda a correspondência que é remetida para a Assembleia Municipal, é encaminhada, imediatamente, para os Senhores Deputados. Face ao exposto, apenas ia dar ênfase a alguma correspondência que considerava ser mais pertinente. Referiu que do **Grupo Independente Fafe Sempre**, foi remetida uma Moção, da qual disse que apenas pretendia realçar as seguintes conclusões: pretende *“manifestar o apoio à criação das regiões na próxima*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

legislatura”; “a criação de regiões como forma de uma melhor e maior justiça e equidade da distribuição da riqueza nacional e que os partidos se mostrem disponíveis para a Regionalização; que façam um esforço de consensualização sobre a lei quadro habilitante, nunca tal devendo trazer qualquer aumento de despesa do Estado, mas reduzi-la, o que nos parece completamente possível e desejável.”-----

Informou que chegou uma carta aberta da **Confederação Portuguesa das Coletividades, Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD)**, destinada a todos os Presidentes de Câmara, cujo objetivo é promover ações de sensibilização em informação especializada, em áreas muito específicas da questão do desporto; sensibilizar as coletividades a constituírem associações concelhias; sensibilizar as coletividades a filiares-se em federações de âmbito nacional e a comemorar o dia nacional das coletividades, que é a 31 de maio, em cooperação com coletividades, associações e clubes. Indicou que, em conclusão, esta confederação manifesta aos Senhores Presidentes da Câmara, a sua disponibilidade total para apoiar as iniciativas dos Municípios, disponibilizando os manuais, obrigações fiscais, segurança alimentar, prevenção de incêndios em edifícios associativos, bem como consultoria nas áreas de candidaturas e financiamento. -----

Deu conhecimento que houve informações que chegaram muito em cima da data desta reunião, como tal não houve a oportunidade de serem remetidas para os Senhores Deputados, mas que tal seria feito. Nomeadamente, **um despacho da Assembleia da República de 27 de junho, Aviso 3771 B/2018, do Diário da República 57, II série de 21 de março de 2018, designação de educação ambiental mais sustentável, repensar rios e ribeiras**, que tem a ver com uma candidatura designada Veredas da Estrela. Explicou que a este fundo ambiental, foram apresentadas setenta candidaturas e só foram aprovadas catorze para financiamento. Houve uma candidatura, que foi proposta pelos Amigos da Serra da Estrela, tendo sido designada Rede de Percursos Circuitos Exteriores à Serra da Estrela. Informou que tinha por objetivo ligar as povoações mais próximas da Serra da Estrela, sendo por isso veredas de montanha. A candidatura irá estar a cargo da Beira Serra e envolve os Municípios da Covilhã, Manteigas e Guarda e as Freguesias de Unhais da Serra, Cortes do Meio, Vila de Carvalho, Verdelhos e Valhelhas que fazem parte do eixo CESE. As radiais, além de se integrarem na valorização do Vale de Beijames, fazem de ligação aos percursos do Município de Manteigas, contemplando ainda a vereda a Lã e a Neve. No seu ponto de vista, esta candidatura está muito bem concebida do ponto de vista técnico, tem uma iconografia perfeita, contudo dentro das setenta candidaturas, ficou em 17º lugar, como só às primeiras catorze foram aprovadas para financiamento, esta não foi contemplada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Do Grupo Os Verdes, foi remetida uma comunicação relativa à falta de profissionais de saúde no centro Hospitalar de Tondela/Viseu, dirigida ao Ministério da Saúde. Declarou que esta é uma realidade e um problema transversal a todo o país. -----

Deu conhecimento que tem questionado a Comissão que esta encarregue de fazer a revisão ao Regimento da Assembleia Municipal, sobre o ponto de situação. Contudo, ainda não foi possível apresentar esse documento à Assembleia Municipal, logo que o trabalho esteja concluído será agendado esse assunto na Ordem de Trabalhos. -----

No âmbito da proteção de dados realçou o papel que a Senhora Deputada Bárbara Sabino tem tido no desenvolvimento desse processo, no sentido de ser realizada a transmissão em direto de som e imagem das reuniões da Assembleia Municipal de Manteigas, contudo é um processo que não tem tido avanços. Recordou que no dia 22 de março do corrente ano, remeteu um pedido de informação à Comissão Nacional de Proteção de Dados, tendo reiterado o pedido de informação por *e-mail* no dia 26 de março, no dia 03 de maio e no 31 de maio, sendo que neste último *e-mail*, era referido o que se passa a citar: *“Dentro do prazo de dois meses já é a terceira vez que vos peço informação sobre a transmissão em direto de som e imagem das reuniões públicas da Assembleia Municipal de Manteigas, tal como seu arquivo nas plataformas de registo. Até agora, nunca obtive resposta. Venho pela última vez perguntar-vos se existe algum impedimento legal para o efeito. Considerando a Vossa não resposta a este e-mail como um não.”* -----

Informou que no dia 28 de junho de 2018, recebeu a resposta da Comissão Nacional de Proteção de Dados que refere: *“Em resposta ao e-mail que nos remeteu, informamos que a responsabilidade da análise do impacto do tratamento de dados pretendido é da própria entidade, de acordo com o RGPD”*. Em suma, é a Assembleia Municipal, que tem de decidir se realiza esse procedimento. Sendo que, este processo já funciona em várias Assembleias Municipais do país, nomeadamente no Porto, Coimbra, Vila Nova de Gaia, Lisboa e Sintra. -----

Informou que, nesta data, antes de entrar para a reunião da Assembleia Municipal, foi-lhe entregue, por um funcionário da Glaciar Indústria SA, uma carta que solicitou que fosse lida nesta reunião. O Senhor Presidente da Mesa explicou que apenas ia ler a missiva, dado que não é uma competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a matéria aí explanada, mas da Câmara Municipal. Nesse seguimento leu a missiva supramencionada, que em seguida se transcreve: -----

“Vem a Glaciar Indústria SA, Glaciar Valley, Lda, e seus trabalhadores requerer a esta Assembleia e à Câmara Municipal de Manteigas que:

Seja assinado com a Glaciar Valley, Lda um contrato promessa de cessão de exploração da Fonte Paulo Luís Martins sob condição para que no futuro, e se for caso disso, se possa dar continuidade ao atual contrato de cedência exploração assinado com a Associação de Baldios,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ou seja, no âmbito do processo cível 1598/17.0T8GRD que a CMM promoveu contra a associação de Baldios, e no caso do tribunal, declarar a CMM proprietária da água da Fonte Paulo Luís Martins, promete a CMM ceder a exploração da captação à Glaciar Valley, Lda.

Solicitamos que o contrato seja feito nas mesmas condições que o contrato assinado com a associação de Baldios.

Solicitamos também que haja um voto unânime da assembleia municipal bem como da CMM de forma a poder garantir o futuro da empresa e dos postos de trabalho existentes

A Glaciar e seus funcionários não deviam ter sido envolvidos neste assunto, pois foi danoso para a empresa todo este processo” (...)

“Este tema é uma questão social, promove o emprego e o desenvolvimento económico de Manteigas, e não dever ser usado como arma política, (como o foi nos últimos 10 ou mais anos)” (...) “é imperativo que esta intenção seja declarada na assembleia municipal de hoje (...)

Atendendo que este assunto é da competência da Câmara Municipal, deixou a sugestão para que o Senhor Presidente da Câmara respondesse a esta comunicação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar esclarecimentos sobre essa matéria. Explicou que, há seis meses atrás, tinha enviado um grupo de pessoas, investidores chineses, para falar como o proprietário da Glaciar Indústria, SA, visto que estavam interessados em adquirir essa água. Contudo, a negociação não chegou a bom-porto. Declarou que se trata de uma água que é desejada fora da Europa, pois detém características que são únicas no mundo. Mencionou que, no dia anterior à data desta reunião, voltou a contactar o proprietário da empresa supracitada, no sentido de o questionar se podia ceder o seu contacto a pessoas que estão interessadas em comprar a Fábrica, tendo tido conhecimento que esse contacto foi realizado. No entanto, há cerca de duas horas e meia atrás, tinha sido contactado pelo dono da Fábrica Glaciar, onde manifestou a intenção de solicitar à Assembleia Municipal e à Câmara uma carta de conforto, ou uma carta de intenção, onde estes órgãos autárquicos declarassem que, independentemente do resultado da ação que está em tribunal, não viam qualquer inconveniente que a Glaciar continuasse a explorar a água. Sendo que alegam que não podem perder mais postos de trabalho. -----

Referiu que respondeu que não era o dono da empresa, e a prova que pretendia que a empresa continue a funcionar é que já por duas vezes o tinha abordado, no sentido de que a fábrica seja transacionada, porque tem pouca produção. Portanto, está é uma declaração prévia, pessoal, do cidadão que desempenha o cargo de Presidente de Câmara, de que em relação à Câmara, podia propor a emissão dessa declaração, de modo a permitir a continuidade da fábrica, quer seja através da Glaciar ou de outra empresa. Declarou que a missiva que foi lida pelo Senhor Presidente da Mesa, não contém o mesmo conteúdo do que lhe tinha sido dito por telefone, pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

proprietário da referida Fábrica, é muito mais. Esta missiva vem solicitar que seja registado na ata desta reunião, que a Assembleia Municipal quer a Glaciar e a sua unidade a funcionar, estão dispostos a autorizar a assinatura do contrato de promessa e que assumem o compromisso de que este assunto não venha outra vez a interromper o normal funcionamento da empresa e assim provocar mais extinções de postos de trabalho na unidade. -----

Declarou que isto não é verdade, pois nunca houve nenhuma intervenção, quer da Assembleia quer da Câmara, que interrompesse o funcionamento da fábrica, ou que tivesse alguma coisa a ver com o despedimento de funcionários, muito pelo contrário. Tanto no primeiro mandato em que foi Presidente de Câmara, como no mandato que lhe seguiu, como no atual, nunca houve uma atitude destas contra a fábrica. O que está em causa é um processo, que decorre em tribunal, que envolve outras entidades e o juiz irá pronunciar-se sobre o mesmo. -----

Explanou que no seu ponto de vista, pretende-se com isto antecipar qualquer tipo de sentença por parte do meritíssimo juiz, que está com o processo. Declarou que vai propor ao Órgão Executivo, na próxima reunião, que a resposta a esta missiva, deve ser no sentido de comunicar que será o tribunal a decidir e, em função do que decidir o tribunal, a Câmara dará conhecimento à fábrica. Recordou que há questões a tratar relativas ao pagamento da água, que não tem sido feito, com o recebimento indevido de outras entidades, que estão a receber a água e não deviam. Contudo, este é um processo que será decidido pelo Tribunal. Dirigiu a sua palavra ao Senhor Presidente da Mesa, referindo que esta missiva pede uma resposta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que responderia à missiva que foi dirigida ao Órgão Deliberativo, contudo não ia introduzir um ponto com este tema na Ordem de Trabalhos. O assunto poderia, eventualmente, ser debatido caso algum dos Senhores Deputados o abordasse no ponto dois quatro ou no ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, questionou se a missiva está assinada em nome da empresa ou em nome dos trabalhadores. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que o ofício está assinado pela Glaciar Indústria S.A., pela Glaciar Valley Lda., e por dez trabalhadores. -----

Dando continuidade a este ponto da Ordem de Trabalhos informou que, atualmente, se está a desenhar no quadro democrático autárquico, a nível nacional, uma nova realidade, uma nova estrutura e até uma nova legislação sobre a importância, a autonomia e o poder das Assembleias Municipais. Recordou que a história da Associação Nacional das Assembleias Municipais começou em 2012, com a chamada declaração de Mirandela sobre Assembleias Municipais. Explanou que foi a partir daí que se passou o conceito, que refere que a escolha dos membros das Assembleias Municipais e desde logo dos candidatos, assume enorme relevância, pois é da qualidade dos mesmos que depende a qualidade daquelas. As Assembleias precisam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ter instalações adequadas ao seu funcionamento, valorizando as sessões plenárias, mas dando também a possibilidade de guardar, designadamente, os seus documentos, informação relevante e as suas publicações. Devem ter pessoa qualificada, delas funcionalmente dependentes em número adequado à sua dimensão. As sessões deverão decorrer com a maior elevação possível, sem prejuízo do vivo debate de ideias, para deste modo prestigiar o órgão e fazer a indispensável pedagogia democrática. Em democracia há várias correntes de opinião e assim é necessário que as Assembleias se organizem por grupos municipais, que devem ter o apoio necessário para cumprirem as suas tarefas. É obrigatório haver Comissões permanentes, especializadas desde logo em matéria financeira, de ordenamento de território, urbanismo e desenvolvimento. -----

Informou que a Assembleia Municipal de Manteigas é 53ª a ser inscrita na Associação Nacional de Assembleias Municipais, sendo que esta entidade já tem mais de cento e dez inscritos, como tal, trata-se já de pessoa coletiva e parceiro social, que pode dialogar diretamente com a Tutela. Mencionou que o mais importante do 1º Congresso da ANAM, foi a Moção que foi proposta pela Dra. Helena Roseta, que é Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que ele subscreveu à semelhança de outros Presidentes de Assembleias Municipais, sendo que essa Moção refere: “o trabalho insubstituível das Assembleias Municipais tem tido poucas condições e pouca visibilidade, como foi reconhecido pelo próprio Presidente da República na mensagem dirigida ao Congresso; As Assembleias Municipais devem ter um papel crescente e pioneiro na melhoria da qualidade da democracia local, aumentando a participação política de todos os cidadãos;” (...)

“4. Reitera e aprofunda as opções estratégicas que devem nortear a ação da ANAM, contidas nos seus estatutos e reafirmadas nos encontros preparatórios deste Congresso, designadamente:

4.1. em matéria de atribuições e competências:

a) Revisão urgente do Regime Jurídico das Autarquias Locais por forma a reconhecer a autonomia financeira e administrativa às Assembleias Municipais e incluindo: orçamento próprio, no âmbito do orçamento municipal; estruturas administrativas próprias para apoio ao seu funcionamento enquanto órgão municipal; estruturas técnico-políticas de apoio ao desempenho responsável e informado dos eleitos de todas forças políticas que as compõem; instalações adequadas.

b) Eventual institucionalidade de disposições legais que impedem as assembleias municipais de alterar propostas dos executivos, restringindo de facto a sua competência constitucional, como órgãos deliberativos municipais, devendo a ANAM diligenciar no sentido de suscitar a verificação da constitucionalidade de tais normas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

c) *Reconhecimento de que a assembleia municipal é, nos termos constitucionais, um órgão representativo do município, do mesmo modo que a câmara municipal, o que implica o reconhecimento do lugar do Presidente da Assembleia Municipal em todas as funções de representação;*

d) *Revisão urgente das competências das Mesas das Assembleias Municipais, acentuado o seu carácter colegial, com possibilidade de delegação, pelo Presidente, de competência e funções de representação nos restantes membros da mesa;*

e) *Revisão urgente do Estatuto do Eleito Local, por forma a compatibilizar as responsabilidades políticas, jurídicas e financeiras dos eleitos para as assembleias municipais com o correspondente do estatuto remuneratório;*

4.2 *Em matéria de descentralização da Administração Central para a Administração Local:*

(...)

c) *Envolvimento ativo da ANAM nas alterações legislativas inerentes ao processo de descentralização em curso, no âmbito da futura lei-quadro, da Lei das Finanças Locais, da Lei das Atribuições e Competências e de todos os diplomas setoriais complementares.*

4.3. *Em matéria de arquitetura do sistema de poder local democrático:*

a) *Que a ANAM inicie desde já um processo de reflexão alargado sobre a eventual diferenciação, nas Assembleias Municipais, entre os deputados municipais diretamente eleitos e os deputados municipais por inerência;"*

Mais, referiu que um outro documento diz que tem que se manter uma relação ativa com a população. A Assembleia Municipal não é um órgão morto, tem de ser ativo, tem de fazer aquilo que esta Assembleia Municipal tem feito, desde que assumiu este mandato, que é ir ao terreno ter com as pessoas, falar com a população, promover reuniões. Referiu que o Senhor Ministro da Administração Interna, o Senhor Dr. Eduardo Cabrita, disse em sequência disto, que no quadro de descentralização, as Assembleias Municipais têm uma intervenção claramente reforçada, uma vez que aumentando as competências que são decididas a nível local, aumenta também a transparência, o escrutínio político, a capacidade de fiscalização. Para o governante as Assembleias Municipais terão de adaptar a sua cultura de funcionamento e os seus instrumentos operativos, aquilo que é claramente um quadro de competências alargado. Em suma, declarou que esta Assembleia Municipal já está enquadrada nestes novos conceitos, que integram a nova estrutura da Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais questionou se era possível a Bancada do Partido Socialista ter acesso à missiva remetida pela Glaciar Indústria S.A. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa anuiu que o ofício será remetido para todos os elementos do Órgão Deliberativo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO 2.4 -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram intenção de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Em seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro cumprimentou todos os presentes, explanou que numa altura em que se fala muito de descentralização, interioridade e regionalização, as questões que pretendia abordar nesta intervenção prendem-se com dois pilares básicos de todas as comunidades e de todos os territórios: a educação e a saúde. Mencionou que a primeira questão que ia abordar diz respeito ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do nosso concelho. Referiu que teve a oportunidade de ler as declarações do Senhor Presidente da Câmara, sobre a falta de camas no Hospital da Guarda e sobre a situação dos Serviços de Atendimento Permanente do nosso concelho. Declarou que concorda com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre esta matéria. -----

Atendendo que o Serviço de Atendimento Permanente detém três médicos, sendo que um dos quais encontra-se de baixa médica, isso originou a falta de meios humanos e levou a que há duas semanas atrás, o SAP estivesse fechado durante o fim-de-semana. Declarou ter conhecimento que esta matéria não é uma questão de competência direta da Câmara, contudo gostava de perceber se a Câmara Municipal esta a desenvolver alguma diligência para tentar resolver este problema. -----

Aluiu que a segunda questão que pretendia abordar prende-se com a educação. Considerou ser de conhecimento geral, que a Escola de Hotelaria de Manteigas, de há uns anos para cá, tem passado por algumas dificuldades. Sublinhou que a Escola de Hotelaria foi fundada pelo Município de Manteigas, sendo que este tem participação na mesma. A situação da Escola de Hotelaria não é fácil, há neste momento salários em atraso, inclusivamente, à data verificam-se apenas cinco inscrições de alunos para o próximo ano letivo. Face ao exposto, disse que pretendia perceber se a Câmara está a fazer algo para resolver a situação. A terceira questão prende-se, também, com a educação e diz respeito às Bolsas de Estudo, que geralmente costumam ser pagas em abril, contudo verificou-se que, no corrente ano, foram pagas em meados do mês de junho. Referiu que pretendia saber o que se passou, se houve alguma alteração ao orçamento do qual dependia a atribuição da Bolsa de Estudo. Explanou que suscitou este assunto porque houve um bolseiro que o abordou relativamente a esta matéria, tendo avocado que estava com dificuldade em pagar as propinas, sendo que há muitos professores no Ensino Superior que só lançam as notas depois das propinas estarem pagas. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro deu conhecimento que nesta data ia iniciar-se as Comemorações do Dia da Freguesia de São Pedro. Salientou que a sardinhada é totalmente oferecida a toda a gente, a restante ementa será cobrada a quem quiser apreciar, sendo que a respetiva receita reverte diretamente para a Fábrica da Igreja da Paróquia de São Pedro. Explicou que há o compromisso entre si e o Senhor Padre Luís Pardal, para que esse dinheiro reverte para uma ação social, que está a ser executada na Senhora dos Verdes, na recuperação das “casas dos pobres”. Nesse sentido, deixou o apelo para que todos vão à festa do São Pedro, divirtam-se e colaborem com a receita, porque estas pessoas necessitam.

Agradeceu à Senhora Deputada Oriana Morais, pela divulgação, pelos *posts* e por toda a publicidade que tem feito desta atividade da Junta de Freguesia de São Pedro. -----

Deu conhecimento que a AFACIDASE fez uma candidatura ao projeto atelier de doçaria da Missão Continente, e foi premiada. Mais informou que, dentro das setenta e duas associações que concorreram a este projeto, a AFACIDASE ficou no lote das catorze premiadas, tendo-lhe sido atribuído um prémio financeiro muito confortável, que será de grande ajuda para essa entidade. Sublinhou que é um orgulho e um prazer para todos, esta associação ter sido premiada, dado o seu cariz social, sendo que merece este prémio. Referiu que a AFACIDASE já tem outras candidaturas alinhadas e pré-desenvolvidas. Indicou que esteve presente na cerimónia de entrega do prémio, assim como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vice-Presidente. Os representantes da Missão Continente deixaram algumas sugestões, muito boas e interessantes, tendo os elementos da Direção da AFACIDASE ficado extremamente contentes e dedicados. Esta envolvência é algo mais que se acrescentou, de modo a se poder ajudar a AFACIDASE, nomeadamente, a Junta de Freguesia de São Pedro ofereceu a limpeza de todo o espaço envolvente, para que esta cerimónia decorresse com mais cortesia e mais cariz social. -----

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino cumprimentou todos os presentes, explanou que a sua intervenção ia de encontro à proposta que tinha redigido na passada reunião do Órgão Deliberativo, em que seis Deputados não estiveram presentes no momento da votação. Indicou que, oficialmente, queria deixar um pedido de desculpas à Comissão de revisão do Regimento, pois tinha sentido que invadiu um pouco o espaço dessa Comissão, visto que, somente, no meio do processo e no meio de troca de e-mails com o Senhor Presidente da Mesa, sobre esta temática, se lembrou que havia uma Comissão para efetuar a revisão ao Regimento. -----

Deu conhecimento que já tinha realizado alguma investigação, no âmbito da transmissão on-line das reuniões da Assembleia Municipal, sendo que não detinha conhecimentos jurídicos suficientes para ajudar nessa área. Como tal, solicitou aos Senhores Deputados que pertencem a esta Comissão e que são formados na área do Direito, assim como à Senhora Deputada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Odete Ganilha, que tentem analisar ao máximo, uma forma de resolver esta questão. Explanou que, segundo a pesquisa que efetuou há um princípio jurídico que lhe faz confusão, porque a Comissão Nacional de Proteção de Dados cinge-se ao máximo, que a transmissão seja por escrito, imagem ou áudio de cada pessoa, mas como eleitos locais e sendo as reuniões de carácter público, questionou até que ponto, um eleito local podia dizer que não permitia esse registo, dado o carácter público que possuem as reuniões do Órgão Deliberativo. Disponibilizou-se para ajudar no que for necessário, de modo a esclarecer-se esta situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que em relação à proteção de dados e em relação à possibilidade de se transmitir em direto o som e imagem das reuniões da Assembleia Municipal de Manteigas, a responsabilidade é totalmente do Órgão Deliberativo. Apenas é obrigatório, no período de Intervenção do Público, que o Presidente da Assembleia Municipal questione se o público se importa de ser filmado, ou que a intervenção do público seja gravada e transmitida *on-line*. Nesse momento ou a pessoa do público, que pretender intervir, autoriza esse processo, ou não autoriza a transmissão *on-line* da sua explanação, sendo nesse caso obrigatório que se interrompa essa transmissão *on-line* da reunião. Explanou que esta prática lhe foi dada a conhecer por outros Presidentes de Assembleias Municipais do país, que têm mais Deputados, mais público e mais apoio logístico, do que a Assembleia Municipal de Manteigas. ---

----- A Senhora Deputada Bárbara Sabino explicou que a sua dúvida se prende sobretudo, no que concerne aos Senhores Deputados Municipais, se estes podem recusar que as reuniões do Órgão Deliberativo sejam transmitidas em direto, em termos de som e imagem. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa clarificou que os membros da Assembleia Municipal não podem recusar a transmissão em direto de imagem e som das reuniões deste órgão autárquico. Não há nenhuma impossibilidade jurídica quanto a isso. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, deixou uma palavra em especial ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro pela gentileza, que já é habitual, ao receber a Assembleia Municipal na Freguesia a que preside. Atendendo que nesta data se comemora o dia de São Pedro deixou também uma palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e a todos os fregueses da São Pedro. -----

Referiu que a sua intervenção se prendia com as comemorações do 25 de Abril. Felicitou o Executivo pelas comemorações, que são importantes pelo significado político e sobretudo para que os jovens, também, percebam o significado dessa efeméride, dado que muitos não têm a noção do que significou o 25 de Abril em Portugal. A título de exemplo, indicou que esse acontecimento permitiu que todos os que estão nesta Assembleia fossem livremente eleitos, legitimados para poderem expressar as suas opiniões e cada um desempenhar as suas funções. Reiterou esse cumprimento de felicitação ao Executivo, tendo afirmado que não o incomodou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ruido que possa ter havido durante seis ou sete minutos, que durou o lançamento do fogo-de-artifício. Explanou que o incomoda muito mais, os políticos que após do 25 de Abril, quer a nível central quer a nível autárquico, deturparam a origem e o sentimento do 25 de Abril e tiveram atitudes menos dignas, com falta de ética e moral, tendo colocado o país em determinadas circunstâncias. Sobre esta efeméride, considerou que se deve continuar a comemorar, no sentido pedagógico. Fez votos que os princípios que levaram ao 25 de Abril sejam aprimorados na sua essência. -----

----- O Senhor Alfredo Marcelo, no uso da palavra, referiu que com todo o respeito pela liberdade e políticas de todos os eleitos, explanou que Democracia, tem origem no Grego, “*demokratia*”, que é composto por “*Demos*” que significa Povo e “*Kratos*” que significa Poder. No nosso sistema político o poder é exercido pelo povo, através do sufrágio universal. Indicou que, como representantes do Povo, têm a obrigação de aceitar democraticamente o resultado das eleições, assumindo os cargos para os quais foram eleitos, sendo participativos, atentos e colaborantes. Indicou que se regista que alguns não se empenham nem participem na vida do Município. A título de exemplo, referiu a Expo-Estrela, o aniversário do Município de Manteigas, a 4 de Março, as comemorações de 25 de Abril, entre outras ocasiões solenes, nas quais essas pessoas não se associaram às suas comemorações. Deu os parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, pelo excelente programa do 25 de Abril, com um trabalho excelente das escolas, com as crianças e jovens, com uma grande exposição de pintura, com espetáculo musical, de intervenção de um grupo da terra, fogo-de-artifício, com a Filarmónica Popular Manteiguense, a Fanfarras dos Bombeiros e no final um grande desfile pelas ruas da Vila, com todas as entidades e coletividades do Concelho. Afirmou não compreender como é que alguns que se dizem democratas, não colaboram, nem participam em ocasiões dedicadas ao Povo. Explicou que a presença de todos seria uma grande manifestação de união dos Manteiguenses, para não falar de tantos outros eventos e protocolos da vida Municipal, em que esses elementos são convidados e raramente estão presentes. -----

Referiu que, com sentido de rigor e democracia e normas da lei, mais propriamente do Regimento da nossa Assembleia, os Deputados municipais eleitos na Assembleia são dispostos conforme a sua ordem de eleição do partido, e do partido mais votado para o partido menos votado. Assim o partido mais votado, o PS, tem assento do lado direito, seguido do segundo partido mais votado, o PSD, depois o terceiro, o UMM e por último, o partido menos votado a CDU/PC. Aludiu que não se compreende como o PSD não destaca o seu líder no primeiro lugar que lhe pertence, enquanto cidadão mais votado do grupo municipal do PSD. -----

Realçou que muitos eleitores anónimos do concelho de Manteigas, ainda não compreenderam como o último partido menos votado, e só com um Deputado eleito, ocupa o lugar de Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desta Assembleia e que nunca está presente nas solenidades da Vila e do Município. Explicou que tenta esclarecer que é o resultado de um acordo de secretaria, conforme a Lei, e que os extremos se uniram, criando uma coligação negativa. Indicou que continuam a não compreender como é que o segundo partido mais votado e com historial de governação, não elegeu o seu líder, nesta coligação. Depois não se queixem de haver cada vez mais abstenções por parte dos eleitores. -----

No que concerne a alguns comentários e declarações a seu respeito, disse que pretendia deixar registado que, não recebe lições de ninguém relativamente à sua vida associativa, que consta já com mais de meio século de atividade contínua. Nunca confundiu associativismo com política. Mas existe um ponto em comum entre ambos, que é o serviço à comunidade. Declarou ser um, entre muitos anónimos deste concelho, que servem as causas mais nobres, todos os dias, sem senhas de presença ou ajudas de custo. Agora cabe a cada um de ter de assumir as suas políticas. -----

Questionou o Executivo, porque não aprova as atas, em tempo útil, quando as sessões são gravadas. Por que motivo empatam tantas decisões, transferindo de reunião em reunião, muitas decisões e mandando pedir pareceres por tudo e por nada? Sem a delegação de competências da Câmara no Senhor Presidente do Município, as decisões adiam-se causando graves prejuízos para os Municípes e Associações. Referiu que se querem empatar, empatem, porque o futuro os julgará. Disse que lhe fazia lembrar na sua vida profissional de tecelão, quando o cotão ou algo se metia nos carretos, os mesmos já não andavam, mas se limpasse e se oleasse a máquina, já andava bem e rápido. Pediu que fizessem um exame de consciência, se não estão a empatar e a adiar o desenvolvimento de Manteigas. -----

Como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Toponímia, informou que esta ainda não reuniu desde a última sessão desta Assembleia, contudo congratulava-se com o trabalho de aplicação das placas, que estavam arrumadas nas arrecadações da Câmara há mais de quatro anos e, finalmente, depois de tantas vezes ter falado nesta Assembleia, a placa da rua Vasco da Gama foi colocada, entre outras. Referiu que tinha a certeza absoluta que se o Senhor Presidente da Câmara tivesse delegação de competências, todo o trabalho desta Comissão seria mais célere. Como representante da Comissão da Bolsa de Ideias, indicou que ainda não foi convocado para nenhuma reunião. -----

No que concerne às alterações do Regimento da Assembleia, mencionou que já tinha dado à sua colega Deputada Oriana Morais, democraticamente eleita nessa comissão, o seu contributo. Lembrou que o presente Regimento foi aprovado, por unanimidade, em vinte e quatro de abril de 2014, com um trabalho excelente do Senhor Deputado Manuel Carvalhinho, do PSD, e da Senhora Deputada Oriana Morais, do PS. Nesta alteração ao Regimento é referido e bem, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

no que concerne às atas, no art.º 41, nº1: “Cada reunião ou sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado”. Se houver lugar a alguma alteração é só para disciplinar os tempos das bancadas eleitas, conforme a sua representação. Por exemplo, antes da ordem do dia são designados sessenta minutos, a dividir por dezanove Deputados, cabe a cada um 3,15 minutos, ou grupos municipais, conforme os eleitos. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, indicou ao Senhor Deputado Alfredo Marcelo que respeita a sua opinião, mas no que concerne à disposição dos elementos do grupo municipal do PSD ou na organização interna do Grupo Municipal do PSD, era ele próprio que responde as questões que o Senhor Deputado Alfredo Marcelo quiser colocar. Porque a Mesa da Assembleia foi devidamente informada, logo na primeira sessão, qual era a liderança da Bancada do PSD. Declarou que, para quem não sabe ou esqueceu, ou não tem conhecimento, ele é o líder da Bancada do PSD e enquanto estiver como líder dessa Bancada, a organização interna depende daquilo que ele combinar com os meus pares. Referiu que a Bancada do Partido Social Democrata não emite opiniões sobre a organização interna da Bancada do Partido Socialista. -----

No que concerne aos assuntos que motivaram a sua inscrição neste ponto da Ordem de Trabalhos, referiu que uma das questões diz respeito ao tema levantado pelo público, sobre o Orçamento Participativo. Explanou que, tinha em memória que o Regulamento do Orçamento Participativo prevê que as obras, que estão aprovadas, sejam concluídas até ao final deste ano. Como tal, considerou que ainda não haverá incumprimento por parte do Município, na realização das candidaturas que foram vencedoras no Orçamento Participativo. -----

Aludiu que, uma vez que esta reunião da Assembleia decorre em Sameiro, sendo a Freguesia onde nasceu, que preza ao máximo e que tem tentado sempre ajudar, dentro do que lhe é possível fazer. Atendendo que é público e foi discutido nesta Assembleia, mais do que uma vez, no mandato anterior, quando foi feita a delegação de competências para as Juntas de Freguesias, tendo sido assumido, tanto pela Junta de Freguesia como pela Assembleia de Freguesia de Sameiro, que não concordavam com a delegação de competências que lhe foi feita (embora tivessem acabado por assinar o protocolo, não se percebendo muito bem em que razão e porque razão). Recordou que na altura, uma das questões que foi levantada tinha a ver com o facto do então Presidente de Câmara, o Senhor Dr. José Manuel Biscaia, ser de Sameiro e de estar a esquecer o berço. Atendendo que já decorreram seis meses do ano de 2018, que o Presidente da Câmara já não é Senhor Dr. José Manuel Biscaia e que o atual Presidente da Câmara nem sequer é de Sameiro, portanto removido que está esse obstáculo a uma outra negociação da delegação de competências, questionou se o Senhor Presidente da Câmara, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se a Junta de Freguesia de Sameiro, pretende tomar a iniciativa de fazer um novo acordo de delegação de competências. -----

Por último, referiu que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com a Equipa de Intervenção Permanente (EIP). O protocolo foi assinado, o compromisso é plurianual, pois envolve encargos plurianuais, sendo que não consta em Orçamento essa previsão de despesa para os três anos. Como se trata de uma despesa plurianual o Órgão Deliberativo terá que o aprovar. Questionou se o Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar à aprovação desta Assembleia uma Revisão Orçamental, que lhe permita transferir as verbas para satisfazer os compromissos assumidos. Declarou que o Partido Social Democrata está disponível para aprovar uma Revisão ao Orçamento, que incluía essa situação, portanto ficavam a aguardar que em setembro, a mesma seja apresentada à deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha fez uso da palavra, deu os parabéns à Junta de Freguesia de São Pedro pela ideia e pela atividade, que é muito boa. Deu as boas-vindas aos dois novos membros desta Assembleia Municipal. -----

Recordou que na última sessão da Assembleia Municipal, em vinte de abril, tinha solicitado a apresentação de contas da Expo-Estrela, por rúbricas, reiterou o pedido. Explanou que alguns municípios lhe solicitaram que alertasse para a falta de sinalização na rua de Santo António, no que diz respeito à circulação de veículos com alguma dimensão, pois quando chegam à rua ficam impossibilitados de seguir. Explicou que por aquilo que tinha percebido, há nessa zona um alojamento local, conhecido pela Casa da Avenida e segundo parece há muitas caravanas que seguem pela rua do Centro de Saúde (rua Infante D. Henrique) e a uns metros mais à frente não conseguem passar, nem inverter a marcha, tendo-se aí verificado diversas confusões. -----

No que concerne às aulas de ginástica geriátrica que decorrem em Sameiro, Vale de Amoreira e Manteigas, questionou quantas vezes ocorrem por semana. Explanou que consultou a plataforma *base.gov*, tendo verificado que em treze de setembro de 2017 houve uma obra, "Pavimentação e Beneficiação do Caminho das Presas", no valor de quarenta mil, oitocentos e dezassete euros (40.817,00€). Em seis de junho de 2018, verifica-se novamente uma nova obra, "Alargamento do Caminho das Presas", no valor aproximado de trinta mil euros (30.000,00€). Questionou se em seis meses, a Câmara primeiro pavimentou e fez a beneficiação do caminho supracitado e depois procedeu ao alargamento do mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes, indicou que tinha uma Moção para entregar à Mesa da Assembleia, que leu e que em seguida se transcreve:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

“Moção

Em 13 de outubro de 188, foi criada a Administração Florestal da Serra da Estrela (Perímetro Florestal de Manteigas). Desde essa data, o Estado Português, para além de reflorestar uma grande parte dos terrenos baldios, construiu de raiz infraestruturas de apoio às suas atividades florestais, edificou vasto património, como por exemplo, casas dos guardas florestais, caminhos florestais, dois parques de campismo, entre outros equipamentos valiosos.

A 16 de Julho de 1976, o Estado Português continua a reconhecer a importância e valor quer natural quer edificado do território da Serra da Estrela ao criar o parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) através do decreto-lei n.º 557/76, tendo como objetivo valorizar e conservar o património já referenciado, quer o natural quer o edificado.

O Estado Português, realça-se aqui que o fez bem, durante mais de 100 anos procedeu à manutenção deste património. Nos últimos anos, porém, o Estado Português através do seu Instituto de Conservação da natureza e Florestas (ICNF), ausentou-se completamente das suas responsabilidades ao não fazer a manutenção do património por si construído.

Hoje o Concelho de Manteigas com um património florestal único no país, que é imperioso preservar, depara-se com uma série de constrangimentos, entre os quais há que referir:

- Não é prático nem benéfico que o centro de decisão do ICNF e do PNSE esteja tão afastado do seu efetivo objetivo de trabalho, que a sede do PNSE esteja vazia de técnicos com competências decisórias. Esta situação origina demoras nos processos e alguma ignorância nas decisões.*
- O território do concelho de Manteigas está todo inserido no PNSE, estando, por isso, sob alçada do Plano de Ordenamento do território de PNSE, um documento que se apresenta como um grande obstáculo ao progresso local.*
- O PNSE, no século passado, promoveu e disciplinou atividades de campismo, hoje restringe-as, opõe-se à reabertura dos parques de campismo do Covão da Ponte e Covão da Ametade. Com esta restrição o PNSE permite e promove um campismo selvagem em vez de um campismo ordenado. Neste caso o NSE está a contribuir para a degradação do património natural e edificado do Covão da Ponte e do Covão da Ametade. Esta situação coloca em causa o desenvolvimento de uma região que se pretende afirmar como um destino turístico de montanha por excelência.*
- Os caminhos florestais, construídos pelo Estado Português até ao início deste século estavam em bom estado, contribuíam para a necessária, eficaz e imprescindível prevenção e vigilância florestal. Hoje os caminhos florestais estão degradados alguns deles não estão acessíveis a viaturas todo o terreno.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Face ao exposto, como a propor que:

- O ICNF se pronuncie sobre a possibilidade e a sua vontade na reabertura dos Parques de Campismo do Covão da Ponte e Covão da Ametade.
- Que a sede do PNSE seja a real sede do PNSE onde estejam sediadas e instaladas as suas subdivisões orgânicas com os seus técnicos superiores.
- O mau estado dos caminhos, com troços quase inacessíveis a viaturas todo o terreno, obstrói a vigilância, a prevenção florestal e o combate a incêndios florestais. Urge proceder à manutenção da rede de caminhos florestais. Que seja feita a manutenção de imediato nos seguintes caminhos: São Sebastião Covais; Gavião Zebras Pessoltas fojo; Ribas Observatório; Teixeira Carvalhais; e alto do Vale de Sameiro Mata do Fragusto.
- Onde houver corte de madeiras que seja efetivamente responsabilizado por parte dos serviços do ICNF, o madeireiro pelo troço do caminho que utilizou no âmbito do corte e transporte de madeira de forma que no final dos referidos serviços o caminho (piso, taludes e muros) fiquem em boas condições quer de circulação de viaturas quer de escoamento de águas nas respetivas valetas e aquedutos.

Considerando que os caminhos florestais têm uma servidão muito para além das atividades florestais, não estão entreditos à realização de atividades desportivas, de recreio e lazer, etc. muitas destas atividades são organizadas pelas autarquias.

- Que se elabore um plano de manutenção concertado entre ICNF, autarquias e baldios, onde constem meios disponíveis e responsabilidades de cada entidade na manutenção periódica de toda a rede de caminhos municipais ou florestais existentes no concelho de Manteigas.

Manteigas, Salão do Centro Cívico de Sameiro, 29 de Junho de 2018.

Os subscritores

Paulo Manuel Santos Costa

António José Ascensão Fraga

Oriana Marina Cleto Abreu Moraes

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino

Carlos Manuel Figueiredo Viegas

Joaquim Neves Biscaia

António Miguel Aldeia Carvalho

Daniel António Quarema Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António Pedro Santos Leitão

Ana Maria Saraiva Matos

Luís José dos Santos Melo

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves

Eduardo de Matos Monteiro

José Manuel Novo de Matos

Odete da Graça David Ganilha Almeida

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, recordou que na última reunião requereu ao Senhor Presidente da Câmara, que disponibilizasse uma cópia para consulta, do protocolo que foi celebrado com a Autoridade Tributária, para a cobrança das dívidas municipais. Indicou que, inclusivamente, enviou um *e-mail* relativo a essa documentação e a outra ao Senhor Presidente da Assembleia, ao que lhe foi respondido que se encontravam os processos disponíveis para consulta. Declarou que, enquanto órgão autárquico, quando é requerida a documentação, a mesma deve ser apresentada ao Órgão e não colocada como consulta. O pedido não foi feito enquanto munícipe, foi feito enquanto membro do Órgão Deliberativo, como tal, gostaria de ter acesso livremente ao documento e não apenas de poder consultá-lo junto da Câmara. -----

Na ata da reunião do Executivo de dezasseis de maio de 2018, relativamente a esse protocolo é referido o que se passa a citar: *“chegou-se à conclusão que a competência é do Órgão Executivo e não do Órgão Deliberativo para a dita delegação de competência da cobrança coerciva das dívidas tributárias ao Município”*. Questionou, como é que se chegou a essa conclusão, se houve um parecer por parte do Gabinete Jurídico da Câmara. Reiterou que tinha grandes dúvidas que não seja efetivamente uma competência do Município, cuja delegação tenha de ser deliberada pela Assembleia, o que vicia o ato de um vício que lhe causa nulidade. Alertou que se verificar que a competência é da Assembleia o ato é nulo. Disse ter tido a oportunidade de consultar o protocolo, sendo que no n.º 2 da cláusula 1ª é mencionado que o Regulamento se aplica a dívidas e tem a Autoridade Tributária a capacidade de cobrar as dívidas ao Município anteriores ao dia 01-04-2016. Explanou que os atos administrativos não podem ter eficácia retroativa, sendo que lhe parece que há aqui uma tentativa de aplicação retroativa do Protocolo, relativamente a situações que existiam antes de este ser assinado. Questionou se existe fundamento legal para o efeito, pois podia existir e não ter conhecimento do mesmo. -----

No que concerne ao pedido das contas do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas (CCD TCM) que foi solicitado, questionou se há algum tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acesso a esse documento, se será oficiado o CCD, ou se será necessário apresentar um requerimento formal à Mesa da Assembleia para requerer essas contas. -----

No que diz respeito ao Regimento da Assembleia Municipal, informou que enviou um *e-mail* aos restantes membros da Comissão, com uma proposta de metodologia para se chegar a uma conclusão. A proposta ia no sentido de encontrar pontos fundamentais que precisam de ser fundamentados e regimentados dentro da Assembleia, um dos quais é a elaboração das atas, o outro é a entrega de documentos: Moções, Recomendações, etc. Sendo que cada um dos membros pode ficar alocado a estudar uma dessas partes. Indicou que começou a redigir uma parte relativa à redação das atas, dado que a Senhora Deputada Bárbara Sabino já tinha tentado, por várias vezes, trazer à Assembleia uma solução para as atas, que são muito longas e que fazem despendar quase uma hora do trabalho desta Assembleia. Relativamente à Comissão de Proteção de Dados, à gravação e emissão das sessões, propôs ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que enviasse um pedido de parecer à CCDRC. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa clarificou que já tinha enviado esse pedido para todas as entidades competentes, sendo que os juristas avocam que essa é uma competência da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão dando continuidade à sua explanação e no sentido de esclarecer a Senhora Deputada Bárbara Sabino, indicou que a responsabilidade da Proteção de Dados é uma responsabilidade muito grande, e a imagem de cada um, também, é um elemento de peso no conjunto de todo o ordenamento jurídico. Explicou que com isto queria dizer que a gravação da imagem pessoal, mesmo em momentos públicos, por exemplo numa cerimónia onde esteja presente o Senhor Presidente da Câmara, está dentro de uma esfera que vai além da vida pessoal dele, contudo desconhecia até que ponto é que a gravação de imagem está dentro da disponibilidade da Assembleia Municipal. -----

Clarificou que não é permitido a ninguém que esteja no público, ou entre os Deputados, filmarem-se uns aos outros, nem gravar, mesmo tratando-se de uma sessão pública. Pois se tal for feito contra a vontade específica da pessoa, é cometido um crime, assim como também é crime se isso for feito sem o conhecimento da pessoa e se for publicado. Portanto, esta matéria é complexa e levanta questões muito complexas. Por esse mesmo motivo, tem de ser algo bem pensado, pois se a Assembleia Municipal quer ter a responsabilidade da proteção dos dados, de imagem e de som de todos os outros, é uma responsabilidade muito grande, sendo que basta uma pequena lacuna, na regulamentação que se faça disso, para causar problemas a todos os membros do Órgão Deliberativo. -----

Recordou que na última reunião da Assembleia Municipal foi entregue uma Recomendação ao Município, assinada por nove Deputados, para que fosse discutido junto do Executivo a eventual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

concessão de um apoio à AFACIDASE. Explanou que pela leitura que fez das atas da Câmara, verificou que esse assunto ainda não foi debatido. Questionou se é pretensão da Câmara discutir esse assunto ou se a Recomendação não passará de um papel inter-orgãos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou novamente a palavra, mencionou que na última Assembleia, o Senhor Deputado António Miguel referiu na sua última intervenção, que felicitava o Executivo, porque neste meio ano de mandato tem-se visto coisas positivas, e citando: *“a vila está mais cuidada, há brio naquilo que é feito, tem sido uma tarefa épica uma vez que o gabinete político tem apenas três pessoas, quando no mandato anterior era composto por cinco pessoas”*. A Senhora Deputada Odete Ganilha disse que o Senhor Deputado António Miguel tinha razão no que disse, pois há realmente mais cuidado. No entanto, disse que ia imitar alguém da Bancada do PS e ia passar algumas fotografias relativas à “jaula”, onde a maior parte dos jovens do nosso concelho brinca. Inclusivamente, tinha questionado um funcionário da Câmara Municipal sobre o motivo de as balizas terem sido, literalmente, cortadas. Tendo tido conhecimento, pelo mesmo funcionário, que tal aconteceu porque havia uma atividade na ADM, um convívio de desporto entre jovens e como não tinham essas balizas no campo de futebol, as balizas da jaula foram cortadas e levadas para o campo de futebol. Indicou que isto aconteceu em doze de maio, contudo no final de junho as balizas continuam sem serem repostas na “jaula”. Por outro lado, verifica-se no espaço supracitado a presença de dejetos de cães, há pessoas que vão com os animais para a “jaula”, fecham-na e os animais andam lá à vontade, contudo no fim não retiram os dejetos dos animais. A título de exemplo, referiu que em Sameiro, no portão da “jaula” está afixado o seguinte aviso: *“proibido a entrada a animais”*. Verifica-se ainda a existência de vidros e muito lixo, quando se trata de um espaço muito frequentado por crianças e jovens. Reportou ainda, que o parque infantil, que está junto ao edifício da Música Nova, está completamente degradado, há escadas a cair. É um espaço onde as crianças brincam e podem partir uma perna, o banco esta sem assento, se no momento não há condições para compor, se não há prioridade, coloca-se uma fita. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais solicitou a palavra, indicou que tinha um pedido para dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia, que está subscrito por todos os elementos da Bancada do Partido Socialista, que leu e em seguida se transcreve:

*“Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas
Dr. Novo de Matos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

(i) *Atendendo a que o direito à imagem, no plano constitucional, é um direito indisponível, pese embora a lei permitir, dentro de determinados limites, a captação, reprodução e publicitação da imagem desde que o titular do direito anua ou consinta tais atividades;*

(ii) *Atendendo, também a que a jurisprudência dos Tribunais Superiores tem estabelecida a exigência de consentimento expresso do titular do direito de personalidade, por forma a garantir, efetivamente, que o titular está de acordo com a intromissão de um terceiro num bem da personalidade do próprio;*

(iii) *Atendendo, de igual forma, que a presunção de consentimento só existe em situações limite, sendo, ainda assim, uma presunção ilidível;*

(iv) *Atendendo, ainda, a que o desempenho de funções autárquicas está tutelado (Estatuto dos Eleitos Locais, Lei das Autarquias Locais, Lei da Tutela Administrativa, Código de Procedimento Administrativo e, sobretudo, Constituição da República Portuguesa, com aplicação subsidiária de normas do Processo e do Direito Civil substantivo, ao nível da disciplina normativa dos direitos de personalidade) e que nenhuma disposição legal estabelece uma diminuição de garantias fundamentais no tocante à plenitude dos direitos de personalidade dos eleitos locais;*

Somos a solicitar a V. Ex^a se digne mandar colher parecer junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e da Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), sobre se os Deputados Municipais e os Membros do Executivo participantes nas Assembleias Municipais têm ou não de dar o seu consentimento individual e expresso sobre a captação e transmissão on-line da imagem (e som) das sessões.

Manteigas, 29 de junho de 2018

Os Subscritores

Oriana Marina Cleto Abreu Moraes

António José Ascensão Fraga

António Miguel Aldeia Carvalho

Daniel António Quarema Costa

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino

Joaquim Neves Biscaia

Carlos Manuel Figueiredo Viegas

Paulo Manuel Santos Costa

Prosseguiu a sua explanação, referindo que esta é uma dúvida que juridicamente não tinha resposta para ela, sendo que mesmo sem ter conhecimento, o Senhor Deputado Pedro Leitão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

expôs exatamente a mesma questão. O problema está precisamente nas consequências, porque de facto, se o Órgão Deliberativo omitir alguma formalidade, no tocante aos direitos de personalidade, pode-se correr riscos, por um lado, de praticar atos inválidos, ou nulos, ou anuláveis, consoante o regime aplicável. E por outro lado, esta Assembleia pode vir a ser destinatária de ações de responsabilização pelos atos que pratica. Em seguida entregou o requerimento à Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, já tinha pedido esses pareceres e obteve as respostas que já expos e que encaminhou para todos os Deputados. Como o documento, agora apresentado, se trata de uma proposta da Bancada do Partido Socialista, ia encaminhá-lo para as entidades mencionadas. ----

----- O Senhor Deputado António Miguel cumprimentou todos os presentes. Dirigiu a palavra à Senhora Deputada Odete Ganilha, referindo que de facto é verdade que nem tudo está feito. Mas, só uma grande cegueira ou má-fé, pode levar alguém a dizer que a vila não está muito mais cuidada, muitos mais limpa do que no passado. E que esses problemas que estão explanados nas fotografias não são problemas que têm anos. Concordou que, sobretudo, em zonas onde brincam crianças é preciso ter um cuidado redobrado, é preciso fazer muito mais. Declarou ser triste ver tanto empenho, muito trabalho, muita dedicação, e ainda não foi possível fazer em oito meses aquilo que não foi feito ao longo de quatro anos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha respondeu que é triste, Deputados desta Assembleia irem para o *Facebook* por coisas menos positivas do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para responder às questões suscitadas pelos Senhores Deputados. Explanou que era necessário haver uma análise política em relação a algumas matérias que foram suscitadas e as respostas não são assim tão lineares quanto isso. Declarou que quando há cegueira, ou quando por ventura não se vê o que está à vista de toda a gente, é premente que exista essa discussão política nesta Assembleia. -----

Agradeceu as questões levantadas pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, em relação à saúde e à educação. Sendo que desconhecia que as declarações que tinha feito, em relação à saúde, já tinham sido transmitidas pela Comunicação Social. Explanou que fez essas declarações, porque está preocupadíssimo com aquilo que se está a passar em relação à saúde, no distrito da Guarda, em particular no concelho de Manteigas. É de conhecimento que a aplicação da Lei das 35 horas vai trazer fortes constrangimentos ao desenvolvimento do serviço, ao desenvolvimento dos trabalhos necessários, para que a população continue a ter uma saúde aceitável. Na Guarda já se fala que vai haver menos trinta e cinco camas na ULS. Esta situação não ficará por aqui, começa na ULS e atinge todos os Centros de Saúde. Sendo que o concelho de Manteigas já sentiu isso, quando o SAP encerrou durante um fim-de-sema. Declarou que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

profissionais de saúde não têm culpa, porque esse encerramento foi originado pela falta ao serviço, por motivo de férias, ou por motivo de saúde de uma das colegas. O que não é curial é o Centro de Saúde fechar, tendo apenas um papel na porta a dizer: *“Até segunda-feira está encerrado o Serviço de Atendimento Permanente”*. -----

Referiu que, assim que teve conhecimento dessa situação, ficou preocupado e, ainda durante esse fim-de-semana, entrou em contacto com a Senhora Presidente do Conselho de Administração da ULS, que lhe disse o que se passa a citar: *“não soube de nada antes de isso acontecer, a questão não me foi colocada, eu só soube quando estava fechado”*. Declarou que não precisa de andar a divulgar aquilo que faz, no sentido de sanar os problemas de Manteigas, contudo, podiam ter a certeza que se preocupa com todo o concelho de Manteigas. O Executivo da Câmara preocupa-se e não tinha dúvida, que em relação a esta matéria todos os Executivos que têm passado pela Câmara Municipal se têm preocupado. Explanou que não podia contratar médicos, não os pode escalar, assim como não pode comprar camas para a ULS, a única coisa que pode fazer é discutir junto dos poderes responsáveis, para que estas situações não aconteçam, como infelizmente, já se percebeu que vão acontecer e será dramático. -----

No que concerne à Escola de Hotelaria de Manteigas, trata-se de um processo complicado. Recordou que teve a oportunidade de dizer, no início deste mandato, numa reunião de Câmara e deve constar em ata, que a Escola de Hotelaria estava com graves problemas financeiros. Indicou que o termo que, na altura, utilizou foi que a Escola de Hotelaria está em pré-falência técnica, porque percebeu, claramente, a situação em que a escola se encontrava. A falta de reembolso ou atrasos dos pedidos de pagamento do POCH, refletiu-se no pagamento das dívidas aos funcionários, aos professores, aos fornecedores. Há neste momento montantes a reembolsar, os atrasos no POCH, que terão também a ver com algumas estratégias, e contra as quais também lutam, vão de facto implicando esses atrasos. E o pior é quando já se deve dinheiro às Finanças ou à Segurança Social, porque o reembolso depende da apresentação das declarações de não dívida. Deu conhecimento que já aconteceu a Escola de Hotelaria não ter capacidade de apresentação de declarações de não dívida e por isso também houve esse atraso nos pedidos de reembolso. -----

Recordou que, no primeiro mandato em que foi Presidente de Câmara, preocupou-se com a Escola de Hotelaria, tal como atualmente se preocupa, de tal forma que na altura conseguiu trazer alunos para a Escola de Hotelaria e para o Colégio, em particular, só que não foram substituídos. O Colégio fechou, a Escola de Hotelaria entrou em agonia, porque perdeu alunos. Esqueceram-se que os cursos eram de três anos e que era preciso procurar novas soluções para a escola de Hotelaria. Atualmente, essas soluções estão a ser procuradas, desde logo como uma atitude que era necessário tomar, ou unilateralmente ou de comum acordo entre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

partes, para reduzir essencialmente aquilo que são os custos financeiros dessa Escola, no final do mês. Explanou que houve cortes em tudo neste país, houve cortes nos ordenados dos professores e em todos os profissionais, e na Escola de Hotelaria não houve cortes nos ordenados. O peso financeiro que têm os ordenados no fim do mês, é demasiado para a estrutura financeira que tem neste momento a Escola de Hotelaria, porque não tem sustentabilidade, não tem alunos, porque não tem procurado fortalecer-se depois que os São-tomenses foram embora. E é nesse campo que estão a agir. -----

Informou que, na passada segunda-feira, esteve em Manteigas o Senhor Vice-Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional Nacional, no sentido de ser estudada a possibilidade de introduzir mais cursos na Escola de Hotelaria, dar-lhe mais sustentabilidade dessa forma e tentando reduzir os seus custos financeiros mensais. Inclusivamente, o Gabinete de Inserção Profissional já está a fazer um estudo da população alvo, para esses cursos de aprendizagem. É uma solução imediata, para ver se se consegue erguer a Escola de Hotelaria. Declarou que nunca foi o Presidente da Câmara, nem nenhum Vereador da Câmara que geriu financeiramente a Escola de Hotelaria. As compras, os ajustes foram sempre feitos pela Direção dessa Escola e só quando sentem o aperto é que vêm bater à porta da Câmara, para que esta entidade avalize determinados processos, sendo que a Câmara não pode avalizar na Banca os processos da Escola de Hotelaria. É um processo que tem de decorrer paralelamente, mas sem misturar com as finanças do Município. -----

As Bolsas de Estudo costumavam ser pagas em abril, este ano foram pagas no início de junho, porque o cálculo não foi feito devidamente. Explicou que os cálculos para a elaboração do Orçamento Municipal são feitos com base na média dos dois últimos anos e os serviços financeiros, em cada uma das rubricas, vão ver quanto é que se consumiu e faz-se a média. Felizmente, este ano tivemos um aumento significativo do número de alunos com recurso às Bolsas de Estudo e a verba que estava orçamentada, e que a Assembleia Municipal aprovou, não era suficiente, logo não se podia pagar a Bolsa de Estudo a uns alunos e a outros não. Mencionou que houve uma confusão, porque no âmbito da audiência prévia aos interessados foi enviado um ofício que dizia: *“foi decidido atribuir-lhe X no âmbito da Bolsa de Estudo, pronuncie-se se concorda, no prazo de dez dias”* e as pessoas ficaram alarmadas, porque entenderam que a Câmara lhes ia pagar num prazo de dez dias. Entretanto, passaram quinze dias e isso criou alguma confusão nos Bolseiros, mas que foi devidamente explicada. A alteração orçamental foi realizada e neste momento a situação está ultrapassada. -----

Felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, em relação ao seu empenho relativo à AFACIDASE e em relação à Festa de São Pedro, porque é de conhecimento que está sempre próximo das causas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que concerne à questão suscitada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, que também quer estar próximo da AFACIDASE, tal como todos têm estado, e por isso fez uma proposta na última Assembleia Municipal em relação a essa instituição. Recordou que a Câmara já tinha explicado, que estava a preparar uma candidatura, que já foi submetida, para uma intervenção de fundo no edifício da AFACIDASE. Houve o compromisso da Câmara, com os votos favoráveis de todas as Bancadas da Câmara, do PS, do PSD e da UMM, de assumir a componente de financiamento nacional. Ou seja, se a candidatura for aprovada a Câmara assume pagar a diferença entre aquilo que o programa financia e o que falta para o montante elegível, logo o Município não vai financiar duas vezes a AFACIDASE. Declarou que todos estavam ao lado da AFACIDASE e aplaudiam não só a atribuição deste prémio, no âmbito da Missão Continente, mas também o que vai acontecer na próxima semana, com a atribuição de uma viatura à AFACIDASE, que vai ser recebida em Lisboa. Sendo a entrega de uma viatura de transporte especial, mais um apoio à AFACIDASE. Deixou o compromisso que podem contar com o Executivo da Câmara para resolver as questões da AFACIDASE. -----

Fez alusão à explanação do Senhor Deputado António Fraga sobre as comemorações do 25 de Abril. Indicou que no próximo ano irá tentar-se fazer uma comemoração mais abrangente, muito mais próxima dos cidadãos, mais próxima das crianças. Se for preciso fazer mais barulho, será feito. Se não há queixas do barulho quando se faz a festa do São João, ou festa do São Pedro, por que razão há de haver queixas quando se comemora o 25 de Abril. -----

No que concerne à questão levantada pelo Senhor Deputado Nuno Soares sobre o Orçamento Participativo, confirmou que o respetivo Regulamento refere que há dois anos de prazo para a conclusão das obras. Contudo, as obras ainda nem sequer começaram, aprovam-se as primeiras candidaturas, depois as segundas, depois as terceiras, e o tempo foi passando e já passaram dois anos desde que foram aprovadas as primeiras candidaturas, sendo que este mandato conta apenas com oito meses. Explanou que quando tomou posse os projetos estavam parados, contudo as obras vão ser iniciadas. -----

Referiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha só agora pegou na máquina fotográfica, porque a maior parte do que está exposto nas fotografias que apresentou, já assim estava há quatro anos. Declarou que a Câmara está a trabalhar, e como tal, nenhuma contrariedade que pudesse ser criada, em qualquer um dos Órgão do Município, iria perturbar o Executivo em funções, porque conheciam qual é a sua missão, estão cientes do apoio que a Lei lhes dá para prosseguir com o trabalho, assim como também estão cientes daquilo que não são as suas competências e aí cada um que assuma as suas responsabilidades. No que concerne às contas da Expo-Estrela, entregou à Senhora Deputada Odete Ganilha as contas relativas ao ano de 2017 e ao ano de 2018, caso esta desejasse fazer a comparação desses dois anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente à falta de sinalética na rua de Santo António, indicou que a mesma será colocada, certamente será sinalética de proibição a veículos pesados, é algo que já está identificado e é para executar. No que diz respeito à ginástica geriátrica, as aulas ocorrem duas vezes por semana, em cada uma das freguesias. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no que concerne à pavimentação do Caminho das Presas, sugeriu que a Senhora Deputada Odete, quando pensar em expor estes temas faça primeiro uma reflexão, ou fale primeiro com a sua Bancada Municipal, porque o procedimento que agora aconteceu, foi a adjudicação de trabalhos a mais que estavam feitos e que não estavam contratualizados, e se a obra já estivesse concluída não podiam sequer contratualizá-los. Explanou que, desde que tomou posse, a obra está parada, porque prefere ter a obra parada do que estar a cometer ilegalidades. No presente, está tudo devidamente legalizado, os trabalhos estão contratualizados, o contrato está assinado e o empreiteiro pode continuar com a execução da obra. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra para questionar se as aulas de ginástica geriátrica tinham duração de uma hora. -----

----- A Senhora Vice-Presidente esclareceu que a duração das aulas de ginástica geriátrica não chega a uma hora. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua explanação referindo que no que concerne ao Protocolo com a Autoridade Tributária, respeitava a opinião do Senhor Deputado Pedro Leitão, contudo a Câmara tem duas juristas que analisam os diversos processos e a informação que lhe foi transmitida, é que a aprovação do Protocolo é da competência da Câmara. Se o Senhor Deputado Pedro Leitão conseguir provar que não é da competência da Câmara, o Protocolo será trazido à deliberação da Assembleia Municipal. No que diz respeito às Contas do CCD, o Senhor Presidente da Câmara declarou que não as iria facultar, porque o CCD não pertence à Câmara Municipal de Manteigas, é uma entidade independente do Município. Se o documento em causa fosse da Câmara, o mesmo seria cedido ao Senhor Deputado Pedro Leitão, mas como não é o caso, o Senhor Deputado terá que o solicitar ao CCD. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão declarou que ia ficar registado em ata que é uma recusa de documentos à Assembleia Municipal. O CCD tem protocolo com a Câmara e recebe subsídio desta última. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que as Contas são solicitadas a todas as entidades que requerem o subsídio à Câmara, ainda assim esse documento pertence ao CCD. No que diz respeito à consulta dos documentos, recordou que na última Assembleia tinha dito, claramente, que o protocolo ficava disponível na Câmara para ser consultado. Desconhecia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quantas páginas tinha o documento, contudo não faria sentido fotocopiar processos volumosos para enviar a todos os Deputados. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão sublinhou que o protocolo tem apenas quatro páginas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara clarificou que esse processo não contém apenas o protocolo, é muito mais volumoso, pois contém toda a correspondência que foi trocada até se chegar ao documento final. A Câmara não pode despende de um funcionário, para passar todo o tempo a fotocopiar processos para os Senhores Deputados. Os processos estão disponíveis no Município para consulta. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo solicitou a palavra para prestar um breve esclarecimento sobre o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente. Clarificou que o papel que foi colocado na porta, não foi uma mera indicação do Diretor do SAP. Declarou que existe uma hierarquia e essa hierarquia foi toda informada do que se passou. Um mês antes do Centro de Saúde ter encerrado no fim-de-semana, a Senhora Doutora Fátima Lima foi informada que ia haver rotura dos serviços. Disse que, inclusivamente, entrou em contacto com a colega que estava de baixa médica, que o informou que nessa semana apresentar-se-ia ao serviço. Contudo, mais tarde veio a informar que tal não seria possível. Explicou que nesse mesmo dia, entrou em contacto com a Senhora Paula Almeida, do Serviço de Recursos Humanos, no sentido de ser recrutado um médico para vir fazer o serviço no fim-de-semana. Tal não foi possível, e a informação que lhe foi transmitida, é que se deveria colocar uma informação ao público, onde constasse que deveriam dirigir-se ao hospital mais próximo, nomeadamente ao hospital da Guarda. -----

Face ao exposto, declarou que o papel que foi colocado na porta do SAP, resultou de um conjunto de deliberações que foram tomadas pela hierarquia do serviço. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 3.1 -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS, CONFORME O PREVISTO NO ARTº 26º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS RESPEITANTES AO ANO DE 2019

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Pedro Leitão em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão relativamente à participação variável no IRS e à aplicação da taxa de 5%, que é a taxa máxima de participação dos Municípios, pago pelos municípios que tenham o seu domicílio fiscal no Município respetivo, esclareceu que estes 5% de valor vão ser cobrados aos municípios de Manteigas. A participação variável no IRS é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

capacidade que a Lei dá aos Municípios de participarem nos impostos do Estado. Segundo o Orçamento de Estado para 2018, mapa n.º 19, está previsto para o Município de Manteigas uma participação nos impostos do Estado de sessenta e seis mil e setecentos euros (66.700,00€) relativos aos 5% do IRS. Como no ano passado não havia uma taxa aplicada, a transferência do Estado Central para o Município de Manteigas é de zero euros. Esta taxa irá fazer com que no ano vindouro de 2019, o Município de Manteigas receba 5%, que de outro modo iam ser deduzidos à coleta dos munícipes. Ou seja, esta alteração da taxa irá custar aos munícipes de Manteigas sessenta e seis mil e setecentos euros (66.700,00€). Isto para dizer que se trata de um incremento na ordem de 1,75% das transferências do Estado e segundo o que tinha percebido, aumentará a receita do Município em sessenta e seis mil e setecentos euros (66.700,00€) no ano de 2019. Gostaria que fosse esclarecido o que motivou a Câmara Municipal a deliberar no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a aprovação desta taxa, sendo que isto originará a alteração de muitos domicílios fiscais para fora do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que a situação é, precisamente, o contrário do que foi explanado pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. A Lei prevê que os Municípios abduquem de 5% do IRS, que têm para receber, a favor dos munícipes. A proposta que a Câmara trouxe à deliberação da Assembleia Municipal é, precisamente, no sentido de se aprovar a dedução desses 5%, ou seja, será menos 5% que os munícipes irão pagar. Esta medida pretende atrair mais munícipes e não fazer com que estes saiam do concelho. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão admitiu o seu lapso, que tinha sido um erro de leitura da proposta, pois não leu a proposta de dedução máxima, como sendo deduzir os 5%, leu como sendo a aplicação da taxa de 5%. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa louvou o gesto de humildade do Senhor Deputado Pedro Leitão ao admitir o seu erro na interpretação desta proposta. Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou a **Participação variável no IRS, conforme o previsto no art.º 26º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, referente aos rendimentos respeitantes ao ano de 2019**, à votação, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção e dezassete votos a favor**. No momento da votação não se encontrava presente o Senhor Deputado Luís Vinagre para exercer o seu direito de voto. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo solicitou a palavra para fazer uma declaração de voto, que em seguida se transcreve: *"A Justificação da minha abstenção é igual à dos anos anteriores"*. -----

----- PONTO 3.2 -----
APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, referiu que tinha apenas uma questão técnica para expor. A Lei foi alterada pela décima vez, questionou se esta proposta tem como base a Lei de 2016 ou a Lei de 2013. Dado que na proposta é mencionada que a informação do serviço se baseia na linha a) do n.º 3, contudo na atual Lei essa alínea nem sequer existe. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo elucidou que quando se trata apenas de uma alteração à Lei esta não fica revogada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou a **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2019** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. No momento da votação não se encontravam presentes o Senhor Deputado Luís Vinagre e o Senhor Deputado António Miguel para exercerem o seu direito de voto. -----

----- PONTO 3.3 -----

REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL – CEMITÉRIO E RESPECTIVA ARRECADAÇÃO, CONFORME PROPOSTO NA INFORMAÇÃO REGISTADA SOB O N.º 1216/PROC. 2018/150.10.700/76.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra, referiu que tinha apenas uma dúvida, atendendo que a capela não é arrecadação, disse não conseguir localizar onde é a arrecadação no Cemitério. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que foi assim definido, porque é o que consta do registo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, colocou a **Regularização do património municipal – Cemitério e respetiva arrecadação, conforme proposto na informação registada sob o nº 1216/Proc.2018/150.10.700/16** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. No momento da votação não se encontravam presentes o Senhor Deputado Luís Vinagre, a Senhora Deputada Odete Ganilha, o Senhor Deputado António Miguel e o Senhor Deputado Luís Melo para exercerem o seu direito de voto. -----

----- PONTO 3.4 -----

----- APRECIAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO ANO DE 2017 -----

----- O Senhor Deputado António Fraga deu apenas nota de um lapso ortográfico no documento supracitado. Solicitou a retificação, na página 1 do Relatório, da palavra “consolidas” por “consolidadas”. -----

----- **A Assembleia Municipal de Manteigas apreciou as Contas Consolidadas referentes ao ano de 2017.** -----

----- PONTO 3.5 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- DISCUSSÃO SOBRE A “PROPOSTA DE ESTATUTO DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS -----
----- CONTINENTAIS” -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que ia dar uma breve explanação sobre esta proposta. Explicou que esta proposta se prende com a Moção que foi apresentada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Figueira Castelo Rodrigo. Em suma, essa Moção propõe a criação da sub-região de todos os territórios de baixa densidade, a que chamamos territórios periféricos continentais, sendo que não será difícil definir os critérios, que permitem encontrar os Municípios que irão integrar esta sub-região. Esclareceu que não precisa de ser uma sub-região por existência formal ou com limites geográfico precisos, serão seguramente territórios de forte periferia, em situação de emergência socioeconómica e em que está em causa a sua própria sustentabilidade. -----

Aludiu que no final da proposta, é indicada uma lista dos cinquenta e cinco concelhos que consideram que são concelhos periféricos, sendo que os ícones em que se baseiam para analisarem essa periferia é: o número total de habitantes; a densidade populacional; o poder de compra; e independência financeira. Declarou que é com tristeza que constatou que dentro dos cinquenta e cinco Municípios, o concelho de Manteigas está em 11º lugar. Segundo os dados recolhidos, o concelho tem três mil, trezentos e noventa e dois habitantes (3.392), 17,7% de densidade populacional, 65,3% de poder de compra e 16% de independência financeira. -----

Indicou que trouxe este assunto à discussão da Assembleia Municipal, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, propôs que se criasse um Movimento designado de “Movimento da Periferia”, que, inclusivamente, podia ser encabeçado por Manteigas. Mais acrescentou que, o documento refere uma proposta para que o Poder Central olhe para os territórios periféricos continentais referidos, de outra forma, com a finalidade se conseguir melhorar esses Municípios. Colocou o tema à discussão do Órgão Deliberativo. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, referiu que ouviu este tema ao Senhor Presidente da Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo, sendo que se tem falado numa equiparação, como uma vontade da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Explicou que uma equiparação, é um estatuto que já está definido há muitos anos, desde que a Europa definiu os apoios para os países mais carenciados e que considerava regiões ultraperiféricas, por exemplo as Canárias em relação a Espanha, os Açores e a Madeira em relação a Portugal. Isto é que eram verdadeiros territórios ultraperiféricos a serem reconhecidos na Lei Europeia, para efeitos de financiamento, face aos constrangimentos em que viviam estes territórios, até pelo seu isolamento, porque são ilhéus. Desta forma era lhes conferido um outro Estatuto, uma outra capacidade de arrecadar receitas e de ver definidos financiamentos com taxas superiores aos territórios continentais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O que se pretende com esta proposta é equiparar territórios mais débeis, a nível continental, com esses territórios ultraperiféricos, já considerados na lei Europeia para efeitos de financiamento, quer do FEDER, quer dos restantes fundos de coesão. O grande problema é que isto aparece no momento em que estamos a discutir: a descentralização; a Lei das Finanças Locais; o Movimento para o Interior, que apresentou, há cerca de um mês, um conjunto de medidas que, entretanto, tinham sido apresentadas ao Governo e ao Senhor Presidente da República e depois foram apresentadas em vários programas de televisão. Referiu que, não deixando de relevar o trabalho da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas, no seu ponto de vista, esta proposta não está consubstanciada de conhecimento e informação suficiente, de uma estrutura estudada e consolidada, para que se possa apresentar um documento seja onde for. Por último, mencionou que os dados apresentados no documento supracitado, são dados que foram retirados das estatísticas do INE. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo, fez uso da palavra, indicou que seguiu com muita atenção o “Movimento pelo Interior”, sendo que considerava que tudo o que está nesta proposta, está completamente inserido no “Movimento pelo Interior”, considerando este último muito mais abrangente do aquilo que está nesta proposta. A título de exemplo, referiu que na sua profissão, é de conhecimento que quando uma doença tem muitos tratamentos, nenhum é, normalmente, eficaz. Atualmente, há conjunto de movimentos idênticos, no Minho, Bragança, Alentejo. Segundo o que tinha conhecimento, a opinião corrente do Parlamento Europeu é que estas regiões estão devidamente estruturadas e definidas. Explanou que a intenção é boa, contudo tinha algumas dúvidas quanto ao seu resultado. No seu entendimento, é preferível apoiar ativamente o “Movimento pelo Interior”, porque este tem “pernas para andar”. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares referiu que secundava aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Deputado Luís Melo. De facto, este documento apesar de nascer de uma boa intenção, contudo o Governo está comprometido, publicamente, a pensar e desenvolver um conjunto de medidas para a descentralização política do país. Alertou que, o Movimento que, eventualmente, possa vir a surgir desta proposta, poderá ter efeitos perversos, no sentido de atrasar este consenso que atualmente existe, a nível das forças partidárias, para que se tente tomar algumas medidas. Sendo que é de conhecimento que grande parte dessas medidas tem problemas de contingência orçamental e é por isso que não avançam com mais facilidade, contudo considerava que existe algum consenso e alguma vontade de fazer algo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, referiu que falou por diversas vezes com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Figueira Castelo Rodrigo, porque não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estava a perceber qual a intenção desta proposta. Recordou que, na última reunião, a Assembleia Municipal de Manteigas aprovou, por unanimidade, a integração no “Movimento pelo Interior”. Explanou que corrobora com todas as opiniões que foram expostas nesta discussão, nomeadamente, como o Senhor Presidente da Câmara, contudo teve que trazer este assunto à colação do Órgão Deliberativo. Referiu que falando de estratégia política, há uma vantagem enorme do “Movimento pelo Interior”, porque este Movimento tem nele integrado pessoas ligadas ao PS e ao PSD, isso é fundamental para conseguir vingar. No seu ponto de vista, o “Movimento pelo Interior” tem “pernas para andar”. Não havendo mais inscrições para intervir sobre esta matéria, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 3.6 -----

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO NOS PRIMEIROS 6 E 4 MESES RESPECTIVAMENTE PELOS REPRESENTANTES ELEITOS PARA: CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO; COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS; CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE MANTEIGAS; CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL; ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL CIM-BSE – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA; COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA; CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE; CONSELHO EMPRESARIAL DE MANTEIGAS. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explicou que embora tendo decorrido pouco tempo desde que estes representantes foram eleitos para estas Comissões (a maior parte dos representantes foram eleitos há cerca de seis ou quatro meses) considerou que o trabalho desenvolvido por estas Comissões, deve ser apresentado anualmente pelos representantes da Assembleia, nas mesmas. Informou que, recebeu por escrito, as apresentações dos representantes dos vários conselhos e que farão parte integrante dos documentos anexos à ata. Realçou apenas os relatórios apresentados pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e pelo Senhor Nuno Biscaia (Secretário da Junta de Freguesia de Sameiro, e que foi nomeado por esta Assembleia para uma destas Comissões), porque estão muito bem elaborados. Solicitou que de uma forma breve e sucinta cada um dos representantes explanasse sobre o respetivo Conselho. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro questionou o Senhor Presidente da Câmara, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, se o Conselho Municipal da Juventude já está em funcionamento, e se ainda não está constituído qual o motivo, e caso não esteja ainda a funcionar, qual o motivo. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro tomou a palavra, referiu que na qualidade de representante do Conselho Municipal da Educação, recebeu o *e-mail* do Senhor Presidente da Mesa e prontamente respondeu ao mesmo. Explicou que, tal como referiu nesse *e-mail*, não tinha nada para apresentar, porque o Conselho Municipal de Educação não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reúne desde o dia dez de novembro de 2016, ou pelo menos ele não foi convocado para nenhuma reunião. Recordou que, no dia dezoito de novembro de 2016, apresentou à Assembleia Municipal todas as atividades que tinham sido realizadas até essa data. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que relativamente à Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, representado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, o mesmo remeteu um relatório, que foi remetido aos Senhores Deputados, que defende as espécies endógenas, explica a situação atual dos incêndios. Considerou ser um ótimo relatório, sendo que apenas tinha uma questão para colocar. A comissão teve duas reuniões, uma no dia dezoito de março e outra no dia dezanove de abril, questionou se até à data não voltaram a ter reuniões. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, respondeu que a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios não voltou a reunir desde essa data. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua explanação, indicou que no que diz respeito ao Conselho Local de Ação Social de Manteigas, a Assembleia Municipal elegeu a Senhora Primeira Secretária da Mesa, a Senhora Deputada Patrícia Martins, que não pôde estar presente nesta reunião, tendo comunicado por *e-mail* o que se passa a citar: *“Aproveito a oportunidade para dar nota sobre a minha participação como membro no Conselho Local de Ação Social de Manteigas. Na verdade, até à data não recebi qualquer convocatória para estar presente em nenhuma reunião do Conselho, pelo que desconheço que ações estão a ser desenvolvidas ou que se encontram programadas.”* -----

No que concerne ao Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, o Senhor Presidente da Mesa disse que, o relatório foi remetido para todos os Senhores Deputados, como tal dispensa-se a sua leitura. O relatório está muito bem elaborado, relata o que foi feito de novembro de 2017 a junho de 2018. O Senhor Nuno Biscaia comunicou-lhe que não podia estar presente nesta reunião. -----

Relativamente à Assembleia Intermunicipal CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, disse ter falado com o Senhor Deputado Nuno Soares e com o Senhor Deputado Pedro Leitão, que o informaram que na última reunião de vinte de abril, já tinham dado conhecimento à Assembleia Municipal das atividades desenvolvidas nessa entidade. Face ao exposto, considerou que não vale a pena repetir a prestação dessa informação. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo, na qualidade de representante eleito da Comissão da Toponímia, informou que esta Comissão não reuniu desde a última sessão da Assembleia Municipal, mas estão a trabalhar no terreno, na colocação de placas. Mais informou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que, na qualidade de representante da Comissão da Bolsa de Ideias do Município, esta comissão ainda não reuniu. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, enquanto representante do Conselho Municipal da Juventude, informou que não houve qualquer comunicação por parte do Conselho para reunir, como tal nada tinha a referir sobre o trabalho desse Conselho. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, na qualidade de representante do Conselho Empresarial de Manteigas, declarou que nada tinha a dizer, porque até à presente data não recebeu qualquer convocatória para reunir. Acrescentou ainda, que contactou telefonicamente a Dra. Fernanda Cardoso para saber se havia algum procedimento, dado que não era contactada. Tendo esta respondido que não, como tal continuava a aguardar que fosse convocada para a reunião deste Conselho. -----

No que diz respeito à Bolsa de Ideias, recordou que os representantes desta Assembleia nessa Comissão, foram eleitos há pouco tempo, contudo já tinha sido contactada por *e-mail*, porque parece que há ideias e projetos que estão à espera de análise. Informou que, na altura, mandou um *e-mail* à Senhora Dra. Gabriela Cravinho, indicando que estava disponível para o efeito. No entanto, não recebeu mais nada dos outros membros, por isso continua também a aguardar. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu à questão suscitada pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro. Referiu que já se percebeu, nesta sessão, que o Conselho Municipal da Juventude ainda não reuniu neste mandato, sendo que ainda não houve nenhuma convocatória para o efeito. Esclareceu que o Conselho Municipal da Juventude está constituído, apenas mudaram os elementos eleitos pela Assembleia Municipal, o Presidente, que é cumulativamente o Presidente de Câmara, e os outros elementos, que são os Presidentes das associações juvenis. Declarou que o Conselho Municipal da Juventude ainda não está a funcionar, porque ainda não houve tempo, contudo será agendada a primeira reunião. -----

----- PONTO 3.7 -----

DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE UM ELEMENTO PARA A SUBSTITUIÇÃO DE UM DOS COMISSÁRIOS NOMEADOS A 29 DE DEZEMBRO DE 2017 PARA C.P.C.J. DE MANTEIGAS,

----- NOMEADAMENTE LISETA MARIA ROQUE NUNES DADO O SEU FALECIMENTO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que antes de dar início a este ponto da Ordem de Trabalhos tinha que comunicar que transmitiu os seus pêsames, em nome pessoal e na qualidade Presidente da Assembleia Municipal, à família da Senhora Liseta Nunes. Embora não tivesse comunicado previamente ao Órgão Deliberativo que ia ter esse gesto, contudo a hora era de pesar e tomou a decisão de o fazer. -----

Deu conhecimento que houve uma ação espontânea do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e da Senhora Deputada Odete Ganilha. Enquanto elementos que sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

trabalharam na CPCJ com a Senhora Liseta Nunes, pretendiam fazer-lhe um voto de Louvor durante esta Assembleia. Na reunião prévia de líderes, o Senhor Deputado António Fraga comunicou que a Bancada do Partido Socialista tinha, também, essa intenção, contudo foi-lhe informado que já existia essa pretensão por parte de dois Deputados Municipais. Explicou que no início desta reunião a Senhora Deputada Odete Ganilha entregou-lhe um voto de Louvor na qualidade de membro da Assembleia Municipal, que este leu e que em seguida se transcreve: ---

"Voto de Louvor

Como membros da Assembleia Municipal propomos aos membros deste órgão, um Voto de Louvor à educadora e amiga Liseta Maria Roque Antunes. Apoiados nas evidências, que julgamos não serem necessárias descrever, devido à sua presença activa e diária no Concelho de Manteigas, relatamos, no entanto, seguidamente algumas.

É reconhecido por todos, o profissionalismo e dedicação a todas as "suas" crianças, jovens, pais, colegas ... a todos os munícipes do Conselho de Manteigas, na realização de um extraordinário trabalho, empenhando-se ainda na participação em diversos projetos educacionais, religiosos, culturais entre outros.

Sempre teve um papel fundamental na sociedade, que não se cinge apenas ao período escolar, mas que envolve sim, diversos percursos pessoais e profissionais da maior parte dos Manteiguenses e sempre atenta às necessidades dos outros e defendendo valores da humanidade.

No exercício das suas inúmeras funções, a "nossa" Liseta, agiu sempre com o coração, com profunda lealdade, revelou elevada competência, grande dedicação, disponibilidade e exemplar postura pessoal. Entendemos, por isso, ser de justiça propor à Assembleia Municipal, a aprovação deste Voto de Louvor, pela forma leal, isenta, competente, amiga, dedicada e sempre com o seu sorriso e uma palavra de carinho e conforto exerceu essas funções, honrando-se e honrando todos, com quem ela conviviam.

Ninguém poderá negar o valor da educação e que, a educação na infância, é um dos alicerces para ser um bom adulto no futuro. Sem dúvida que após anos de convívio na vida, há momentos inesquecíveis e pessoas que irão sempre ser recordadas por mais diferentes e longínquos que sejam os caminhos de cada um. E sem dúvida alguma que esta fase, será uma das mais importantes da vida de cada criança, como cidadão do futuro. É de louvar todo o trabalho que têm, dia após dia na educação e bem-estar de todas as crianças e por todos os conhecimentos que os ajudam a adquirir. E sem retirar qualquer mérito a todos os profissionais que passaram ou passarão pelo Concelho, aliás este Voto também é um reconhecimento a todos eles.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Obrigada, por tudo o que representa e fez, pelos jovens; pela nossa comunidade; pelo carinhoso acompanhamento intergeracional; pela força que sempre teve perante cada desafio; pela coragem e principalmente pelo sorriso e carinho disponíveis a cada dificuldade.

Também gostaríamos de propor que, na altura adequada, esta Assembleia procedesse à plantação de uma árvore autóctone, no jardim da Pré-Escola como eterna presença da “nossa” Educadora Liseta Nunes, bem como, a colocação de uma placa identificativa como a “Árvore da Liseta”.

Terminamos esta homenagem, com a seguinte dedicatória à pedagoga, humanista e sempre amiga Liseta Nunes:

*«Diz-me e eu esquecerei,
ensina-me e eu lembrar-me-ei,
envolve-me e eu aprenderei.»*

Benjamim Franklin

29 de junho de 2018, Manteigas

Os Subscritores

Joaquim Neves Biscaia

Odete da Graça Davis Ganilha Almeida

António José Ascensão Fraga

Oriana Marina Cleto Abreu Morais

Nuno Manuel Matos Soares

Ana Maria Saraiva Matos

António Miguel Aldeia Carvalho

Daniel António Quarema Costa

Eduardo de Matos Monteiro

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

António Pedro Santos Leitão

Joaquim Martins Fonseca Albuquerque

José Manuel Novo de Matos

Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino

Paulo Manuel Santos Costa

Carlos Manuel Figueiredo Viegas

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves”

O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou o **Voto de Louvor à educadora Liseta Maria Roque Antunes**, proposto pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro e da Senhora Deputada Odete Ganilha, à votação, **tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes**. No momento da votação não se encontrava presente o Senhor Deputado Luís Vinagre e o Senhor Deputado Luís Melo, para exercerem o seu direito de voto. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu início a este ponto da Ordem de Trabalhos. Questionou as Bancadas Municipais se desejavam apresentar propostas. Verificando a intenção do Senhor Deputado António Fraga em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga explanou que como era de conhecimento de todos, já tinha sido o Partido Socialista, que na altura tinha indicado o nome da Senhora Liseta Maria Roque Nunes, para integrar, como comissária, a C.P.C.J. de Manteigas. Informou que na conferência de líderes e após auscultar as opiniões dos restantes membros, subscrevia que deveria ser um jovem, com algum enraizamento a Manteigas, a integrar esta Comissão. Face ao exposto a Bancada do PS propôs o Senhor Vítor Fernando Pinheiro da Graça, que atualmente é Presidente da Associação Desportiva de Manteigas, está ligado ao desporto e lida com muitos jovens. -----

----- A Bancada do Partido Social Democrata propôs o Senhor Vítor Fernando Pinheiro da Graça para substituição de um dos comissários nomeados a 29 de Dezembro de 2017 para a C.P.C.J. de Manteigas. Tendo a proposta sido aceite pela Mesa foi designada por Lista A. Não tendo sido apresentada mais nenhuma lista, foi a mesma posta a votação por escrutínio secreto. **Tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções e quinze votos a favor, foi designado comissário para integração na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas o Senhor Vítor Fernando Pinheiro da Graça.** -----

----- A Senhora Deputada Ana Matos solicitou a palavra questionou se a pessoa em causa foi inquirida sobre se desejava integrar a C.P.C.J. Explicou que levantava esta questão, porque como trabalha com os escuteiros, tem conhecimento que esta entidade também tem um representante dos escuteiros na C.P.C.J. e sabe que por vezes há alguma dificuldade, por parte das associações ou dos movimentos, em arranjar alguém para se fazer representar e podia a pessoa em questão não estar disponível para o efeito. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga esclareceu que o Senhor Vítor Fernando Pinheiro da Graça foi previamente consultado e aceitou que o seu nome fosse proposto para integrar esta Comissão. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro louvou a escolha da pessoa indicada pelo Partido Socialista, para substituição da educadora Liseta Nunes na C.P.C.J. Referiu que o Senhor Vítor Graça é um jovem de Manteigas, com provas dadas no associativismo. -----

----- PONTO 3.8 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um**, o **ponto três dois**, o **ponto três três** e o **ponto três sete**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

----- PONTO 4. -----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados. Verificando a intenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro questionou o que se tinha tratado na reunião com a Gestora do Programa Valorizar e Turismo do Centro. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, referiu que na página 4 da Informação prestada pelo Senhor Presidente, no 8º parágrafo é feita alusão à Reunião da rede 2018/2019, Direção Geral dos Estabelecimento Escolares centro (DGEstE) – Coimbra – 03/05/2018. Disse que gostaria de ter conhecimento sobre o propósito e o resultado desta reunião e qual foi a posição assumida pela Câmara Municipal. -----

----- A Senhora Deputada Odete Almeida indicou que, na dívida por entidade credora 2018, é referido na primeira página, com o código 71 – Fernando António Massano Serra, num valor de trinta e três mil duzentos e dez euros (33.210,00€), gostaria de saber a que se refere. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão disse ter constatado que na atividade relativa à Senhora Vice-Presidente, é feita alusão que, no dia 15/05, decorreu uma reunião com o Senhor Dr. Paulo Salsa, Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, em Lisboa. Questionou se nessa reunião foi abordado o assunto relativo aos Parques de Campismo e qual foi o teor da reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder aos esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. No que diz respeito à reunião com a Senhora Gestora do Programa Valorizar, que decorreu na Câmara de Manteigas, e na qual também esteve presente o Senhor Presidente da Entidade Regional do Turismo do Centro, foi no sentido de se tentar perceber se havia abrangência no Programa e se havia a possibilidade de apresentação de uma candidatura ao Programa Valorizar, destinada ao Skiparque. Explanou que o complexo da Relva da Reboleira é uma questão que preocupa a todos e tem que ter uma solução que viabilize o desempenho, a exploração, que dê mais amplitude aos equipamentos. Nesse sentido, tentou-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

perceber que tipo de candidatura podia ser feita. -----

Explanou que o problema do Skiparque está na génese daquele projeto, é de conhecimento que o equipamento da telecadeira não está construído de forma a ser licenciado. Recordou que se confrontou com esta situação no primeiro mandato como Presidente da Câmara de Manteigas. Na altura foi feita a adjudicação à empresa com a responsabilidade de serem eles a fazerem o licenciamento, o que é certo é que nem no Instituto Nacional de Soldadura e Qualidade (que era quem na altura fazia esses licenciamentos) nem agora junto do Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT) conseguem fazer o respetivo licenciamento. Como isto comporta um elevado volume financeiro, pretende-se através dessa candidatura arranjar uma solução financeira para resolver os problemas do Ski Parque, para ser colocado a funcionar condignamente. De modo a que o concessionário não continue a responsabilizar a Câmara pelo o equipamento não funcionar, pois alega que quando lhe entregou o espaço este já tinha defeitos de origem, que não conseguem ultrapassar. E para que a Câmara possa exigir o pagamento da renda. -----

Explicou que se tentou encontrar uma solução junto da Federação Portuguesa de Desportos de Inverno, que entravam neste processo como “barriga de aluguer”, emprestando o nome para titular a candidatura. Contudo, tal não pode ser feito, nem pode a Câmara titular a candidatura, porque é uma instituição pública e já tem uma candidatura de quatrocentos mil euros (400.000,00€) e não pode apresentar outra. E a Federação Portuguesa de Desportos de Inverno também não pode titular a candidatura. Por outro lado, percebem que os privados que estão a explorar o Ski Parque, também não têm capacidade e sustentabilidade financeira para avalizar uma candidatura. Sendo que estão com este problema em mãos. -----

No que concerne à reunião na DGEstE, foi no sentido de transmitir informações relativamente às propostas que tinham sido apresentadas pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas, e que levaram a que a DGEstE negasse a criação de uma turma do 1º ano do Ensino Básico e pretendesse que a turma fosse dividida pelos restantes anos do 1º ciclo. Explanou que, na altura, essa posição foi contrariada, sendo que logo a seguir, a Senhora Vice-Presidente entrou em contacto com o Chefe de Gabinete do Senhor Ministro da Educação e também com a DGEstE, repondo alguma informação, que estaria deficitária. Informou que o processo que foi para a DGEstE, através do Agrupamento de Escolas de Manteigas, é que a turma do 1º ano do Ensino Básico teria apenas seis alunos. Isto, porque não tinham incluído os seis alunos, que transitavam do Infantário Favo de Mel para o 1º ano do Ensino Básico. Perante um número de seis alunos, a DGEstE negou a constituição da turma e ordenou que os alunos fossem divididos pelas restantes turmas do 1º Ciclo. Esclareceu que a informação já foi retificada, sendo doze o número de alunos que transitam para o 1º ano do Ensino Básico. -----

No que diz respeito ao ICNF e aos Parques de Campismo, indicou que essas questões têm sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tratadas, pois cada vez que fala com alguém do ICNF, e até já com o Senhor Secretário de Estado ligado ao Ambiente, tem abordado o assunto dos Parques de Campismo. O Senhor Presidente da Junta de Santa Maria, que é cumulativamente Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, esteve consigo em duas reuniões, uma com o Senhor Engenheiro Viriato, onde foi colocada essa questão, assim como a situação dos caminhos florestais, que estão degradados. Informou que foi feita a limpeza das valetas da Estrada de São Sebastião e da Estrada do Poço do Inferno e o ICNF começou o trabalho de limpeza para pintura do edifício do Parque Natural, isto porque a Senhora Vice-Presidente foi a Lisboa fazer pressão junto do ICNF. Relativamente à questão suscita pela Senhora Deputada Odete Ganilha, sobre a referência a Fernando Serra, no documento de dívidas a fornecedores, disse que ia verificar o assunto, mas é uma empresa que fornece madeiras e serviço de carpintaria ao Município. -----

----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara tomou a palavra, referiu que relativamente ao edifício do ICNF, verifica-se que o edifício é antigo e com alguma história no concelho de Manteigas. Encontrando-se degradado e sendo o cartão de visita na entrada da vila, referiu que após ter falado várias vezes com o Senhor Engenheiro Rafael e com o Senhor Engenheiro Viriato, como nunca chegaram a nenhum termo para darem início aos trabalhos, decidiu-se que o melhor seria falar com o Senhor Vice-Presidente do ICNF, que é o responsável pela área e daí o trabalho ter sido iniciado. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, explanou que relativamente ao edifício do Parque Natural da Serra da Estrela na entrada da vila, concordava que a Câmara tenha limpo os muros, para o ICNF proceder à pintura, contudo já se passaram alguns meses e o ICNF não trabalha, e essa entidade é do Estado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara confirmou que houve o compromisso do ICNF em arranjar a fachada da sua sede em Manteigas. Referiu que, ainda no dia anterior, em declarações públicas tinha dito, claramente, o que havia para a dizer em relação ao ICNF. Declarou que há maus generais, não há maus soldados, porque pode criticar a Tutela, mas não é verdade que o Presidente da Câmara anda a dizer mal dos funcionários do ICNF, tal como tem ouvido. Afirmou que a estrutura responsável do ICNF deveria estar aqui e não em Lisboa, porque os trabalhadores estão cá e muitas vezes não fazem porque não têm quem os mande fazer, ou quem os oriente nos trabalhos que devem ser feitos. -----

Informou que, há meio ano, foi dito à Câmara que a tinta já estava comprada, a Senhora Vice-Presidente foi a Lisboa e confirmaram-lhe. Referiu que, entretanto, o Senhor Vice-Presidente do ICNF entrou em contato consigo e questionou o que era necessário fazer na estrada de São Sebastião e na estrada do Poço do Inferno, quando a Senhora Vice-Presidente já lhe tinha explicado. Indicou que respondeu ao Senhor Vice-Presidente do ICNF, que a pavimentação e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

reparação dos buracos, era a Câmara que assumia fazê-la e custeá-la, mas pelo menos que limpassem as valetas e tratassem das bermas. Tendo verificado que o Senhor Vice-Presidente do ICNF não sabia do que estavam a falar, porque a limpeza e as bermas de caminhos florestais não é da sua competência. Quanto ao edifício do ICNF em Manteigas, iniciaram os trabalhos de pintura, montaram meio andaime, que já foi tirado, e pintaram apenas até onde chegaram o resto continua por pintar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concordou com o Senhor Presidente da Câmara. Declarou que no seu ponto de vista, o Parque Natural da Serra da Estrela, como entidade, nunca existiu, tendo sido por esse motivo que, em 1981, foi criada a Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela, da qual foi presidente durante dezassete anos. Explanou que sentiu bem a atitude das pessoas responsáveis do ICNF, visto que instauraram contra si dois processos crime, num dos quais foi absolvido e o outro não chegou à barra do Tribunal. -----

Explanou que o Parque Natural da Serra da Estrela foi fundado em 1977, nessa altura tinha cento e vinte e sete mil hectares (127.000ha) de propriedade a preservar e nunca fez nada e sempre que fazia alguma coisa era só prepotência e induzir as pessoas a fazerem aquilo que é contrário, que é a preservação. Por esse motivo foi fundada a Associação Cultural dos Amigos da Serra da Estrela, porque se percebeu que alguém tinha que exercer a função do Parque, sem o formalismo e sem ser um organismo público. Explicou que durante dezassete anos que presidiu essa associação tentou fazer isso ao máximo e conseguiu uma coisa histórica, que foi impedir a florestação por eucaliptos em Famalicão da Serra. -----

Considerou que a situação está cada vez pior, porque se na altura ainda havia pessoas, umas com mais ou menos sensibilidade ambiental, havia funcionários, havia um diretor do Parque Natural da Serra da Estrela aqui, havia uma sede em Manteigas, atualmente não há nada disso. No seu ponto de vista, o que já era mau em 1981, agora está muito pior. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra, indicou que o Senhor Presidente da Câmara tinha respondido a uma pergunta que ele tinha suscitado, contudo não tinha ficado devidamente elucidado. Sendo que perante a resposta do Senhor Presidente da Câmara, houve outras dúvidas que se levantaram. Fez referência que o Senhor Presidente da Câmara tinha mencionado na sua explanação, que a proposta apresentada e que resultou na decisão de distribuir os alunos do 1º ano pelas turmas do 2º, 3º e 4º anos do Ensino Básico, se deveu a um erro de quantificação dos alunos. Questionou se esse erro de quantificação foi detetado na hora, na tal reunião, ou foi detetado à posteriori. Disse que gostaria de perceber se a Câmara tem em seu poder a Ata dessa reunião, no caso de a ter, questionou se lhe podia ser facultada a sua consulta. Explicou que gostaria de ler a Ata dessa reunião, porque tinha conhecimento de uma informação estranha, sobre algo que se passou nessa reunião e que gostaria de confirmar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Inquiriu se a Câmara não tinha conhecimento prévio dos dados que estavam em análise. -----
----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que só à posteriori dessa reunião, a Câmara teve conhecimento do número efetivo de alunos e da deficiência na contabilização, porque quem estava nessa reunião não tinha conhecimento para avaliar se a proposta que estava a ser apresentada pelo Agrupamento de Escolas incluía ou não os alunos do Infantário Favo de Mel. A Câmara não tinha conhecimento prévio dos dados que estavam em análise. Deu conhecimento que foi feito um mapeamento, que foi apresentado às Comunidades Intermunicipais, que apontava precisamente para a proposta da DGEstE. Explicou que, na altura, quando o Município e o Agrupamento de Escolas de Manteigas foram convocados para a dita reunião, a proposta que tinha sido apresentada pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas, contrariava o mapeamento apresentado pela Comunidade Intermunicipal, sendo que esta última reflete a posição das Câmaras Municipais, na altura não estava previsto este número de alunos. Indicou que foi dito em reunião de Câmara e consta da respetiva ata, que só à posterior se percebeu que não tinham sido contados os alunos do Infantário Favo de Mel. Nesse seguimento, rapidamente entrou-se em contacto com o Ministério e com a DGEstE, no sentido de serem informados que tinha havido um erro de contagem, tentando assim constituir a turma do 1º ano do Ensino Básico. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, recordou que nesta data teria início uma nova iniciativa da Assembleia Municipal, que visa, no final de cada reunião os membros do Órgão Deliberativo reúnem-se num jantar, onde o tema da política é proibido, com vista a incrementar uma dinâmica de aproximação dos membros da Assembleia Municipal. -----
Deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Verificando a intenção da Senhora Deputada Oriana Morais em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais explanou que, mesmo sem ter conhecimento que o tema da eventual não abertura da turma do 1º ano na Escola Básica de Manteigas, seria abordado nesta reunião, já tinha decidido falar sobre o mesmo neste ponto da Ordem de Trabalhos. Aludiu que a Associação de Pais pediu a sua colaboração na redação de um Manifesto, tendo por isso prestado a sua colaboração no que concerne à parte jurídica, tendo ficado a parte pedagógica a cargo de uma professora, a Senhora Mara Direito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Declarou que este problema da não abertura da turma do 1º ano, na Escola Básica, não é de hoje, é de outros anos e é um problema que se prende com a falta de crianças do concelho, sendo que esta situação se passa em toda a zona do Interior. Referiu que estamos sempre perante a dicotomia: Interioridade/Litoralidade. Não podemos querer que o Interior progrida nas mesmas condições, se essas mesmas condições não têm medidas de equidade adaptadas, no fundo medidas de discriminação positiva, dentro das regras. Temos um território com determinadas características demográficas, a demografia não se vai inverter, não são essas as previsões. Mas não podemos extinguir as Escolas dos territórios do Interior. No seu ponto de vista, ninguém vai querer que os seus filhos, no futuro, vão para o 1º ano da Escola Básica e tenham que se levantar de madrugada e em madrugadas invernosas e de invernos rigorosos, para irem frequentar a escola, por exemplo, de Belmonte. -----

Afirmou que não podemos competir em termos de população escolar, nem temos de o fazer, porque não é justo. Eventualmente, pode-se procurar uma diferenciação num plano pedagógico especial. Considerou que os pais que subscrevam um plano pedagógico que não exista na região, em detrimento de todos os outros, dificilmente verão uma medida do Ministério a contrariar essa decisão dos pais, seria difícil. Mas, a verdade é que também não se fazem omeletes sem os ovos e efetivamente não há crianças. Alegou que a importância de todos os nossos estudantes começarem o seu percurso escolar o mais possível em pé de igualdade é fundamental, deve ser uma luta de todos, deve ser transversal. Há regras pedagógicas que indicam que, por um lado, o rendimento escolar é muito melhor quando o ano efetivo do aluno é de facto respeitado e não há mistura. Por outro lado, também se tenta combater défices de aprendizagem e desigualdades, que ainda assim existem. -----

A título de exemplo, referiu que é uma residente natural do Interior e foi estudar para o Litoral, para a Capital, por isso conhece as dificuldades de se sair do Interior e ir estudar para a Capital. É sempre difícil, no entanto isso aconteceu quando já tinha dezoito anos, ir estudar com seis anos, ainda que seja para uma localidade próxima, é uma barbaridade. Considerou que devem ponderar estas questões, tentar conciliar esforços no sentido de fazer prosperar. Declarou que ninguém quer que daqui a amanhã a nossa Escola encerre, os nossos filhos ou os filhos dos nossos pares saiam da Escola Primária, que nós frequentámos. Manteigas já assistiu ao encerramento de uma escola emblemática que atravessou gerações, que foi o Externato Nossa Senhora de Fátima, por falta de alunos, eventualmente, por falta de continuidade de medidas adotadas antes, contudo é preciso repensar, reequacionar. -----

Deu conhecimento que o Manifesto que foi redigido, incide sobre esta mesma necessidade perene de adaptarmos medidas da discriminação positiva dos territórios do Interior, do nosso território, aplica-las efetivamente, mas também com vontade. Fala-se da transferência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

competências no futuro, da gestão das escolas para os Municípios, se calhar é uma alternativa, precisamente para tornar o centro decisor mais próximo da realidade das populações. Declarou que o que é importante é que a Escola continue a existir. Sem escola não há crianças, sem crianças não há adultos, sem adultos não há emprego, não há empresas, é fundamental. Disse que era este o alerta que queria deixar. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo solicitou a palavra, que referiu que relativamente às vias rodoviárias alertava para a passagem de Autocarros na via principal da Vila, mais propriamente na rua 1º Maio, junto ao café Ski e à ponte de São Pedro. Melhorar nos estacionamento e melhor colocação dos contentores. Questionou quando é que se pretende fazer as alterações às lombas, que estão junto ao jardim. Segundo o que parece já é de consenso de todos. Assim como, alguns sinais de trânsito no concelho, que são indispensáveis à melhoria da funcionalidade do trânsito. Indicou que, como representante da Comissão de toponímia e atendendo que o Senhor Presidente da Câmara não tem delegação de competências, deixava este alerta a todo o Executivo. -----

Fez alusão que a Câmara abriu um concurso de exploração do Restaurante Serrano, na Freguesia de Sameiro, o concurso ficou deserto, ou melhor não houve concorrentes. Por sua vez, o Senhor Presidente da Câmara, na última reunião do Órgão Executivo do passado dia seis de junho, solicitou aos Senhores Vereadores se podia negociar, por administração direta, dentro da lei, uma vez que não tem delegação de competência. Tendo a maioria concordado, foi pena, mais uma vez, o representante da UMM ter votado contra, mesmo depois de algumas considerações dos seus colegas, que vinha aí o verão e que a exploração daquele equipamento fazia falta à população da Freguesia de Sameiro. Declarou que respeita todas as decisões, mas alertou, que depois não adiem a aprovação das atas, com o pretexto de branquearem os seus votos e prolongarem no tempo o seu objetivo. -----

Referiu que na Ata nº 09/2018 da Câmara Municipal de Manteigas, foi finalmente esclarecido o ponto 4.4 da ata n.º 06/2018 de 21 de março, que se passa a citar: *“O Executivo deliberou por unanimidade apoiar AHBVM no montante não financiado pelo POSEUR através do programa Portugal 2020 na compra do veículo tanque tático florestal”* (fim de citação). Indicou que, como tinha sido combinado com o anterior Executivo e agora confirmado com atual Executivo, foi palavra dada, palavra honrada. Contudo, não podia deixar passar em branco o que consta e reafirmou na ata desta Assembleia, aprovada nesta sessão, e que também consta na ata nº 06/2018 do Executivo, assim como na gravação da Reunião da Câmara, em que esteve presente: a Câmara Municipal deliberou por maioria, com quatro votos a favor e um contra do Senhor Vereador do UMM. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Na reunião do Executivo de 21 março, foi presente uma deliberação sobre a regularização extraordinária dos vínculos precários, no âmbito da Lei n.º 112/2017 de 29 dezembro: com um lugar de assistente técnico de turismo e um técnico superior de contabilidade. Tendo a deliberação sido no sentido de aguardar pelos pareceres externos. Questionou em que ponto se encontra a situação. Mais, chamou à atenção que falta publicar algumas atas do Executivo, na Página Web da Câmara Municipal, assim como das sessões da Assembleia Municipal, que só consta uma ata de 2017, a ata número vinte de vinte e oito de abril, e não se encontra publicada nenhuma ata relativa as reuniões do ano de 2018. Expôs que no Ninho de empresas (Ex Sotave) existem instalações ocupadas ilegalmente e com sucata. Perguntou se o regulamento não é para cumprir. Todos devem ter os mesmos deveres e direitos. -----

Recordou que na última Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, respondendo ao Senhor Deputado Luís Melo e Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro, sobre a questão da motobomba para os sapadores, disse-lhe que este não conhecia toda a história, pois o referido equipamento tinha sido oferecido e que nunca tinham reunido para debaterem essa questão. Indicou que o Senhor Presidente da Câmara disse, ainda, que a aplicação da motobomba à viatura foi realizada na oficina da Câmara, pelo serralheiro do Município, que fez todos os equipamentos de gradeamento para essa aplicação. Declarou que não podia aceitar, o facto de haver pessoas com responsabilidades da equipa dos sapadores, a fazerem agradecimentos públicos a tantas pessoas, sem mencionarem a Câmara Municipal. Disse que se foi de propósito é lamentável. -----

Aludiu que o Senhor Presidente da Assembleia está a ser pioneiro em muitas alterações da vida deste Concelho, as quais não estavam habituados. Explicou que, como é um Presidente ausente, tenta dirigir esta Assembleia através da internet, com diálogos, debates, e-mails. No seu entendimento, o povo precisa de um Presidente da Assembleia Municipal sempre presente e participativo. Chamou à atenção que passados oito meses da sua tomada de posse, ainda não deu a honra da sua presença, em nenhuma iniciativa do Concelho. Solicitou que não sobrecarregue com tanto trabalho a Senhora Dra. Fernanda Cardoso e a Ana Catarina, que sendo excelentes funcionárias, não são de "ferro". Pediu que o Senhor Presidente da Mesa se socorra dos dois Secretários, que tem na Mesa da Assembleia, para ajudar. -----

Por último, deixou mais um alerta para reflexão: a estrada dos Covões e o seu estado de degradação. Terminou a sua explanação, dando conhecimento, que no próximo dia oito de julho vai ser apresentado o Veículo Tanque Tático Florestal, vai ser apresentada a Equipa de Intervenção Permanente (EIP) e mais treze novos bombeiros, que concluíram o curso e serão incorporados como bombeiros de terceira, nas fileiras da Associação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado António Fraga explanou que no que concerne ao Regimento da Assembleia Municipal, queria penitenciar-se pela Bancada do Partido Socialista. A Senhora Deputada Oriana Morais, está na Comissão de revisão do Regimento, sendo que tem trocado com ela algumas impressões, no sentido de aprimorarem o trabalho, para depois, em primeira instância, ser apresentado aos seus colegas de Bancada e posteriormente ao Senhor Presidente da Mesa. Anuiu que, o Serviço de Atendimento Permanente a funcionar só com dois médicos, desde há dois meses, é impossível satisfazer todas as necessidades do serviço. Disse que, segundo consta a médica que se encontrava em situação de incapacidade para o trabalho, regressará ao serviço no dia seis de julho, por isso que seja bem-vinda e deixou votos que recupere da infelicidade. -----

Chamou à atenção do Executivo, para a necessidade de colocar lombas para reduzir a velocidade, porque há condutores que não têm o mínimo de civismo ao volante. Quanto a estacionamento/sinalização, referiu que, por exemplo, o acesso ao SAP tem de estar completamente desimpedido, porque ele já tinha ficado bloqueado assim como a ambulância. Na rua António Padre Terrinha, as pessoas costumam estacionar do lado direito, contudo quando vem uma viatura maior não se consegue passar no local. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, referiu que relativamente à questão que tinha colocado sobre as aulas de Ginástica Geriátrica, tal como foi dito, a respetiva professora dá duas horas por semana em Sameiro, duas horas por semana em Vale de Amoreira e duas horas por semana em Manteigas, portanto são seis horas por semana. Explanou que foi consultar a plataforma *base.gov*, no qual está o nome da pessoa em questão, e para prestação de serviço de 222 dias tem um valor de sete mil e quinhentos euros (7.500,00€). Disse não entender, visto que a referida professora trabalha seis horas por semana. -----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que passasse as fotografias para que a restante Assembleia pudesse visualizá-las, porque já foram solicitadas pelo colega Senhor Deputado Pedro Leitão. Recordou que na sua intervenção, no ponto dois quatro, começou por dar os parabéns ao Órgão Executivo, porque realmente estão a fazer um bom trabalho, por isso não percebia qual é a parte em que ficaram ofendidos, porque a sua função nesta Assembleia Municipal é chamar a atenção para o que está menos bem. -----

No que diz respeito à Expo-Estrela, disse ter apreciado que lhe tivesse sido facultado o documento com indicação do ano de 2017 e do ano de 2018, sendo que no fim, o custo total tem uma diferença de cinco mil euros (5.000,00€). Ou seja, em 2018 o custo total foi de setenta mil euros (70.000,00€) e em 2017 foi, aproximadamente, de setenta e cinco mil euros (75.000,00€). No entanto há uma questão, os serviços adquiridos ao Senhor Fernando Serra têm um valor de trinta e três mil euros (33.000,00€), tal como já tinha sido referido anteriormente, contudo nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

custos detalhados da Expo-Estrela não se verifica qualquer menção ao Senhor Fernando Serra, sendo que tinha a certeza que este participou nas montagens da Expo-Estrela, porque tinha presenciado isso em vários dias. Face ao exposto, considerou que estes custos não correspondem, por lapso, à realidade. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Pediu a colaboração da Câmara, uma vez que já informou por diversas vezes as Infraestruturas de Portugal, relativamente às bermas da Estrada Nacional. É algo que prejudica, disse ter conhecimento que todo o distrito e todo o país está neste lastimável estado. Indicou que Freguesia de Vale de Amoreira já enviou um ofício para as Infraestruturas de Portugal, na Guarda. Reiterou esse pedido de colaboração por parte da Câmara, no sentido de reforçar este apelo junto da entidade responsável, porque para além do mau aspeto que confere, é a segurança dos automobilistas e dos peões, que passam nas bermas da estrada, que está em causa, principalmente dentro da área urbana de cada Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria fez uso da palavra, referiu que já na última Assembleia tinha usado da palavra para falar da visita a Morláas, que já se realizou, tendo sido unânime, que tanto a comitiva de Manteigas como a comunidade de Morláas ficaram satisfeitiíssimas, fizemos jus ao nome de Manteigas, foi uma honra para nós recebermos os aplausos, o carinho das gentes de Morláas, e certamente que eles também gostaram muito da nossa cultura, transmitida tanto no concerto como na missa cantada. Considerou ter sido um intercâmbio cultural muito bom. -----

Sensibilizou para a Estrada de São Sebastião, que tratando-se de uma estrada muito utilizada, não tem railes de proteção e há sítios em que a própria estrada não tem quase berma. A título de exemplo, referiu que logo após a parte urbana, existem duas casas muito próximas da estrada de São Sebastião. O facto de a estrada não ter railes leva a que casa esteja exposta a qualquer viatura que se despiste. Outra situação, que também considerou ser muito perigosa, verifica-se por cima do estádio, logo na curva mais apertada no sentido descendente. Aí o alcatrão termina a um palmo de uma ravina com três ou quatro metros, com um barroco enorme que está em baixo, no Ribeiro, sendo que nesse local nem com railes se resolve. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro pediu a palavra, aludiu que como os Senhores Deputados deviam ter notado, a povoação de Sameiro tem algumas ervas. Explicou que foi uma decisão voluntária, porque não querem que a população tenha doenças cancerígenas devido ao glifosato, por isso arranjam outras estratégias de limpeza, sendo que já por duas vezes um funcionário fez essa limpeza das ervas. Declarou que ainda não se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

inscreveram na plataforma das Freguesias e das Câmaras Municipais que aderiam à não utilização de produtos fitofarmacêuticos, contudo na realidade já estão a fazê-lo. -----

Declarou estar muito triste por não se concretizar a iniciativa, que estava programada para o dia seguinte à data desta reunião do dia de amanhã, pois esse trabalho de campo era para aferir algo, para o qual já no anterior mandato tinha alertado a Câmara. Explanou que o objetivo era ir ao Ribeiro do Urso, onde existe uma garganta, um vale e "V", onde se pretende construir uma pequena albufeira, com três vasos laterais, que quando têm água em excesso vazam e quando têm falta guardam a água. É fácil de construir porque trata-se de um vale em V, de uma garganta apertada e como tal, não precisa de grande obra e como o terreno é em xisto grauváquico, é muito impermeável. Declarou que este estudo tem de ser feito pelos técnicos municipais. A outra questão era a quinta pedagógica do Gorgulão, que necessita que os técnicos da Câmara se desloquem ao local, para serem aferidas as potencialidades, cartografar e propor valências. Disse já ter falado com algumas pessoas de Sameiro, que o informaram que no passado houve ali um viveiro de morangos. Sendo que há empresas, sediadas perto desta zona, que vivem à base de reprodução de morangos para transplantar, por exemplo, no Algarve. Portanto podia-se ser uma oportunidade para criar postos de trabalho. -----

Em relação à quinta pedagógica existe aí um afloramento de quartzito e uma floresta ripícola, diversificada, pequenos ecossistemas ribeirinhos. Explanou que o objetivo dessa quinta pedagógica não seria para as pessoas aí acamparem, mas envolver os turistas nas diversas atividades, por exemplo, em breve as batatas serão arrancadas, logo os visitantes podiam participar nessa atividade, envolvendo os agricultores. Referiu que esse é o conceito da Quinta Pedagógica e não é nada que não se possa realizar. É simples e diferente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que é importante a Assembleia Municipal ir ao terreno, sensibilizar o Executivo. Indicou que em setembro, os membros da Assembleia vão ser novamente convocados para essa atividade, assim como serão convidados os membros do Órgão Executivo e tentar-se-á concretizá-la. Aludiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira aderiu imediatamente a essa atividade e é interessante unir as Juntas de Freguesias rurais. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, no que concerne as fotografias que foram distribuídas pela Senhora Deputada Odete Ganilha, explanou que, independentemente, de quem fez e de quem tirou essas fotografias, o mais importante é que as realidades que são trazidas a esta Assembleia e que estão desconformes àquilo que deveriam ser, devem sempre desconcertar e fazer mover as pessoas para remover esses obstáculos, o mais depressa possível. Disse que com um bocado de boa-vontade, o Senhor Presidente da Câmara, na segunda-feira seguinte à data desta reunião, chegava à Câmara e solicitava ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

departamento de obras que mandasse um trabalhador soldar os arames da “jaula”, antes que algum miúdo se magoe. Explanou que avoca isto, porque há uma tendência para esperar que as coisas más aconteçam para depois agir. -----

Referiu que esperava não ferir suscetibilidades com o caso que ia expor. Recordou que há uns anos atrás, Manteigas assistiu a uma tragédia enorme nas nossas piscinas, só depois disso é alguém se lembrou de agir, no sentido de aumentar as grades da piscina, que ainda hoje continuam acessíveis, isto já depois de ter acontecido uma tragédia. Concordou que a escada de acesso ao escorrega, que está partida, pode realmente originar que um garoto, que vá distraído a subir, possa aí partir uma perna. Isso causará uma série de problemas, não só para o miúdo, como também para a Câmara que pode vir a ter um processo por negligência, porque devia ter agido e não agiu. Explicou que avocava estas situações, porque talvez seja melhor repensar a maneira como as piscinas estão protegidas no inverno e arranjar as condições do polidesportivo, que está situado em frente à Câmara, pois é muito frequentado. -----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara, através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, se é possível saber qual é o tempo médio de emissão de licenças por parte da Câmara, se há alguma estatística que possa ser analisada por parte da Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Vice-Presidente, no uso da palavra convidou os Senhores Deputados a serem voluntários, e ajudarem a equipa da Câmara e os poucos recursos humanos deste Município, nas obras de reparação do campo que está em frente à Câmara Municipal. -----

----- A Senhora Deputada Oriana Morais pediu a palavra para dar conhecimento ao Senhor Deputado Pedro Leitão que, relativamente à consulta de documentos administrativos, talvez seja interessante consultar a Lei de acesso aos documentos administrativos e ver se em causa estão documentos administrativos e documentos consultáveis. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, prestou os esclarecimentos que foram solicitados pelos Senhores Deputados. Começou a sua intervenção por referir que a expressão “o barroco dos tiros” existe mesmo, porque não é fácil para quem está a ouvir os Senhores Deputados, sistematicamente a repetir os assuntos, porque, entretanto, pensaram melhor entre o início da reunião e este ponto da Ordem de Trabalhos, e vêm neste momento debater as questões de outra forma, porque não ficaram satisfeitos com a resposta. Afirmou que, com o devido respeito que tinha pelo Órgão Deliberativo, mas isto não é funcionamento de uma Assembleia Municipal. Alertou que o Presidente de Câmara faz um esforço nesta reunião para responder sucessivamente aos assuntos que são suscitados, que mais nenhum dos Senhores Deputados tem de fazer. -----

Agradeceu aos Senhores Deputados por todas as questões que trouxeram nesta sessão, sendo que reconheceria, que os Deputados da Assembleia Municipal têm a noção de que aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dizem nesta reunião, não fica em “saco roto”, porque há anos que o Senhor Presidente da Junta de Santa Maria passa na Estrada de São Sebastião, há anos que vê aquelas curvas, há anos que os Senhores Deputados veem o estacionamento na vila e só agora esses assuntos são avocados. Portanto, têm a noção que aquilo que dizem, não vai cair em “saco roto”. -----

Explicou que uma das questões que foi colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, relativamente à casa que está situada junto ao parque de manutenção de São Sebastião, já estava na Câmara há algum tempo. Já tinha passado por diversos setores as queixas desse morador, que alertou que corria o risco de a qualquer momento um carro despistar-se e cair em cima da sua casa. Declarou que é um trabalho urgente e que já está definido. Afirmou que não aceita lições de moral, porque a Câmara tem a capacidade de avaliar os perigos, as questões de mais difícil resolução e as mais urgentes. Assim como, os técnicos da Câmara, também têm essa capacidade, embora sejam em número reduzido, porque a Câmara foi sendo espoliada de técnicos, que foram saindo, outros reformaram-se, e para colmatar essa falha foram sendo contratados técnicos em regime de outsourcing, de empresas de fora, que nunca se ligaram diretamente ao trabalho da Câmara. -----

Declarou que é um objetivo da Câmara constituir um Quadro de Pessoal, para já responsável, e que trate das questões do Município, sendo que também se contemplará os serviços externos da Câmara. Isto porque, apesar de a Câmara estar a fazer as coisas com dinâmica, rapidez e felizmente com bom-senso, tem falta de pessoal, que é colmatada com os Contratos de Emprego Inserção. Contudo, um dia destes, Manteigas deixa de ter capacidade de recrutamento, porque já todos eles passaram pela Câmara e por todas as instituições que podem candidatar-se a estes contratos. Questionou: quando esse recurso terminar, como é que se vai fazer? Recorre-se ao outsourcing, à contratação de empresas que nos levam lucro pelo meio, para colocarem os trabalhadores deles no Município, a fazerem o trabalho, completamente desligados dos interesses da autarquia e que não têm interesse nenhum nesta terra? Certamente que não. -----

Explanou que a ironia e trazer fotografias para as reuniões, também faz parte da discussão política. Mas tem de se ser consciente. Deixou a declaração expressa de que o Executivo está preocupado e que as situações são para tratar. -----

Confirmou que a Sotave tem espaços mal distribuídos e neste momento estão a tentar corrigir a situação, porque tal como foi referido nesta reunião, Manteigas tem uma fábrica de engarramento de água que, neste momento, tem dez funcionários, qualquer dia se calhar não tem nenhum e não é por culpa da Assembleia Municipal, nem da Câmara. O concelho tem a possibilidade de instalar unidades industriais em Manteigas e só não foram instaladas porque os espaços da Sotave estão ocupados. Deu conhecimento que a Câmara, há pouco tempo, tomou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma deliberação nesse sentido, que esperava que seja cumprida, porque não se pode entregar espaços de qualquer forma, que estão ocupados alguns com sucata, outros com palha. Sendo que isso leva a que não haja espaço disponíveis, para aí se fixarem empresas, que podem trazer economia a esta terra. Declarou que é com capacidade de resolução e com coragem de fazer as coisas que as situações se resolvem. -----

Disse que admirava o Senhor Deputado Pedro Leitão, tendo recordado uma situação, de quando o Senhor Deputado ainda era menino de escola, e num dia dirigiu-se a um Gabinete do Órgão Executivo, onde pediu que fosse colocada uma passadeira, e quem colocou a passadeira na altura foi o cidadão Esmeraldo Carvalhinho, portanto o Senhor Deputado Pedro Leitão já o devia conhecer desde essa época, mas parece que se esqueceu. Afirmou que as situações são tratadas com responsabilidade. -----

No que concerne às despesas da Expo-Estrela, respondeu, a título de exemplo, que nas despesas de 2015 não foi inserido a despesa da alcatifa, porque são despesas com materiais que ficam para os anos seguintes, e são divididas nos orçamentos dos outros anos. Disse ser verdade que houve mais despesas com a Expo-estrela. Algumas das madeiras que foram adquiridas tiveram como destino esse certame, mas não é uma despesa direta, são materiais que ficam e que são aplicados em outras obras, em outros serviços. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra para referir que os custos têm de ser imputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu com a sua explanação, indicou que o concurso dos precários também já podia estar tratado, a Lei é para cumprir e será cumprida. No que diz respeito à motobomba, declarou que era necessário ficar reconhecido, que se há uma viatura que está a trabalhar no âmbito de um determinado organismo, é porque houve uma parte significativa de trabalho que foi feita nas oficinas da Câmara. Foi a Câmara que comprou o material para as grades de fixação dos equipamentos, que fez o trabalho de serralharia, que pintou, é bom que as pessoas sejam justas. Relativamente ao valor pago à Professora de Ginástica, referiu que ia verificar as contas, contudo os valores são os mesmos pelos quais estava contratada nos anos anteriores. Inclusivamente, quando tomou posse a professora já estava contratada. -----

No que diz respeito à estatística de emissão de licenças, indicou que a Câmara pode fazer esse trabalho, contudo podia já adiantar que o tempo de emissão de licenças está muito mais curto e só demora mais tempo, porque o Presidente da Câmara não tem competências delegadas, como tal os assuntos têm de ser submetidos à deliberação da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, explanou que nesta reunião aprendeu-se algo muito importante, com esta última intervenção, de quase exaustão, do Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

